

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

**UMA AVALIAÇÃO PILOTO DO PROGRAMA
FORMAÇÃO PELA ESCOLA NA EXECUÇÃO E NA
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PROGRAMA
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LARA DANTAS MEDEIROS FIGUEIRA

BRASÍLIA - DF

2016

LARA DANTAS MEDEIROS FIGUEIRA

**UMA AVALIAÇÃO PILOTO DO PROGRAMA
FORMAÇÃO PELA ESCOLA NA EXECUÇÃO E NA
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PROGRAMA
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA.**

Dissertação apresentada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Políticas Públicas, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Carlos Henrique Leite Corseuil

BRASÍLIA - DF

2016

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Figueira, Lara Dantas Medeiros

F676a A Influência do Programa Formação pela Escola na execução e na prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola em escolas públicas do Goiás. – Brasília : IPEA, 2016.
88 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento, 2016

Orientação: Carlos Henrique Leite Corseuil
Inclui Bibliografia.

1. Programas Sociais. 2. Dinheiro direto na escola 3. Capacitação profissional. 4. Transferência de Recursos. 5. Gestão democrática. 6. Políticas Públicas. 7. Formação pela Escola.

I. Lassance, Antonio. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Título.

CDD 361.610981

LARA DANTAS MEDEIROS FIGUEIRA

**UMA AVALIAÇÃO PILOTO DO PROGRAMA
FORMAÇÃO PELA ESCOLA NA EXECUÇÃO E NA
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PROGRAMA
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA.**

Dissertação apresentada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Políticas Públicas, para a obtenção do título de Mestre.

Defendida em 21 de novembro de 2016

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Joana Simões de Melo Costa – IPEA

Prof. Dr. Alexandre de Ávila Gomide – IPEA

Prof. Dr. Carlos Henrique Leite Corseuil

BRASÍLIA - DF

2016

Dedico esse trabalho ao FNDE, instituição que me recepcionou, desenvolveu profissionalmente, possibilitou e estimulou minha capacitação e a quem pretendo retribuir com o resultado obtido.

Dedico especialmente, antes de qualquer coisa, a conclusão desse trabalho ao meu orientador que me recepcionou, direcionou, conduziu e apoiou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente:

A minha mãe,minha matriz e inspiração de vida, cujo amor transpassa quaisquer dificuldades;

Ao meu pai, que sempre deu suporte para a formação profissional de suas três filhas mesmo inserido em uma cultura de discriminação de gênero;

Ao meu marido, que me estimulou, apoiou e ajudou em todos os projetos de vida;

Aos meus sogros, que me auxiliaram em momentos de desespero; e

A minha filha, que me ensinou no meio desse processo que sempre somos capazes de realizar mais do que acreditamos.

Lista de Símbolos e Abreviaturas

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem.
CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior.
CHAs – Conhecimentos, habilidades e atitudes.
EaD – Educação a Distância.
EEx – Entidade Mantenedora.
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
FPE – Programa Formação pela Escola.
MEC – Ministério da Educação.
MOODLE – Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment.
PAR – Plano de Ações Articuladas.
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.
PI – Plano Interno.
PPP – Projeto Político Pedagógico.
SGB – Sistema de Gestão de Bolsas.
SIFE – Sistema de Informação do Programa Formação pela Escola.
SiGPC – Sistema de Gestão de Prestação de Contas.
SISQUEST – Sistema de Questionário.
TD&E – Treinamento, desenvolvimento e educação.
UAB – Universidade Aberta do Brasil.
UEx – Unidade Executora Própria.
Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Lista de Figuras

Figura 1 – Ações complementares do PDDE.
Figura 2 – Metodologia de avaliação de cursos EaD.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – situação de cursistas por ano desde 2006.
Gráfico 2 – percentual de situações ao longo dos anos.
Gráfico 3 – Histórico orçamentário do Programa Formação pela Escola.
Gráfico 4 – Custo cursista formado – valor liquidado no exercício sobre quantidade de cursistas aprovados.
Gráfico 5 – situação de cursistas no Goiás por ano desde 2006.
Gráfico 6 – Percentual de situações no Goiás ao longo dos anos.
Gráfico 7 – Situação de Cursistas em Goiás 2015.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Valor de bolsas do FPE.
Tabela 2 – resultado parcial da pesquisa de satisfação 2016 para o curso PDDE.
Tabela 3 – Quantitativo de cursistas nos municípios da amostra.
Tabela 4 – Perfil profissional de cursistas do PDDE ao longo dos anos.
Tabela 5 – Características de qualidade do Curso PDDE do FPE.
Tabela 6 – Sumário de entrevista com diretores escolares.
Tabela 7: avaliação quantitativa de respostas dos professores.
Tabela 8 – Resultados da avaliação da prestação de contas do PDDE 2015.

Resumo:

O Programa Formação pela Escola (FPE) se destina a capacitar, com cursos a distância e gratuitos, equipes escolares, dentre outros, para a regular execução de políticas públicas cujos recursos são repassados aos municípios. Desses, destaca-se o Programa Dinheiro Direto na Escola -PDDE, o qual descentraliza recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, os conselhos escolares, com vistas a promover autonomia, gestão democrática e empoderamento das escolas públicas municipais e estaduais. A capacitação dos agentes executores do PDDE permite garantir que a execução descentralizada apresente qualidade, uniformidade e atingimento de objetivos normatizados em âmbito federal. O FPE completa dez anos de existência em 2016, tornando-se pertinente uma avaliação de sua efetividade quanto a influência na execução do PDDE. Considerando-se um estudo revelador, foi aplicada metodologia de estudo de caso múltiplo qualitativo pelo qual se desenvolveu a técnica de pesquisa exploratória dividida em revisão de literatura, revisão documental e pesquisa de campo sob a égide da avaliação de transferência de aprendizagem. A amostra fez a aplicação da metodologia em escolas públicas municipais ou estaduais do estado de Goiás que receberam e executaram os recursos do PDDE básico em 2015. Foram selecionadas 3(três) escolas, uma em que não existiu o FPE, uma em que foi capacitado, no curso do PDDE, somente o diretor escolar em mandato no ano de 2015 e uma na qual a maior parte da equipe escolar foi capacitada para o PDDE. Foram aplicados questionários a professores das escolas avaliadas, realizadas entrevistas com diretores escolares em mandato na exercício de 2015 e analisada a documentação de prestação de contas do PDDE 2015. Quanto a pesquisa de campo com aplicação de entrevistas, os resultados obtidos demonstram que os diretores que realizaram o curso se sentiam mais preparados e confiantes na execução do programa, além da utilização direta do material do curso PDDE na execução do mesmo. Ainda, os professores demonstraram maior conhecimento do PDDE e melhor senso crítico quanto a democratização da gestão na escola em que eles foram capacitados, situação com resultados análogos quanto aos diretores. No entanto, quanto a avaliação documental, os resultados findaram inconclusivos quanto a uma melhor execução na escola com maior percentual de agentes capacitados, não obstante suaves constatações de melhor conhecimento das atividades processuais adequadas do PDDE na escola com mais agentes capacitados.

Palavras-Chave: formação pela escola; educação a distância; transferência de aprendizagem; avaliação.

Abstract:

The Training Programme for School (FPE) is designed to enable, with free distance learning courses, school teams, among others, for the proper implementation of public policies whose resources are allocated to municipalities. Of these, there is the Direct Money in School Program -PDDE, which decentralizes resources for private non-profit organizations, school boards, in order to promote autonomy, democratic management and empowerment of local and state public schools. The training of PDDE agents performers ensures that the decentralized implementation becomes better quality, uniformity and standardized achievement of objectives at the federal level. The FPE completes ten years of existence in 2016, making it appropriate an assessment of their effectiveness as the influence on the implementation of the PDDE. Considering a revealing study it was applied methodology study qualitative multiple case by which it has developed the split exploratory research technique in the literature's review, document's review, and field research under the aegis of learning transfer's evaluation. The sample amounted to the application of the methodology in municipal and state public schools in the state of Goiás who received and carried out the features of the basic PDDE in 2015. There were three (3) selected schools: one in which there was no FPE implemented at all, one that only the school's principal with acting mandate in 2015 was capable in the course of the PDDE, and the last one in which most of the school's staff was trained capable in the PDDE. There were questionnaires applied to the teachers of schools evaluated, interviews have been made with the school's principals in the course of 2015 year, and accounting documents from year 2015 were also analyzed. The field research with application of interviews has showed in the results that the principals that took the course felt more prepared and confident in execution of the program itself, in addition they have used the PDDE course material during its execution. Still, the teachers have showed greater knowledge of the PDDE, and a better critical sense as the democratization of management in the school where they were trained, a situation with similar results occurred with the principals. However, the documentary assessment where found to be inconclusive as to better implementing in schools with the highest percentage of trained agents, despite mild findings of better knowledge of appropriate procedural activities of the PDDE in a school with more qualified agents.

Keywords: Training Programme for School, distance learning, learning transfer, evaluation.

SUMÁRIO

Lista de Símbolos e Abreviaturas	vi
Lista de Figuras	vi
Lista de Gráficos.....	vi
Lista de Tabelas	vi
Resumo:	vii
Abstract:	viii
1. Introdução.....	3
1.1. Formulação do Problema de Pesquisa	5
1.2. Objetivos.....	5
1.2.1. Objetivo Geral	5
1.2.2. Objetivos Específicos.....	5
1.3. Justificativa	6
2. O Programa Formação pela Escola	8
2.1. Histórico quantitativo do Programa Formação pela Escola.....	12
2.2 Histórico Orçamentário do Programa Formação pela Escola.....	15
2.3. Análise do Estado de Goiás do FPE em 2015.	17
3. O Programa Dinheiro Direto na Escola.....	19
3.1 O Curso do PDDE no FPE.....	24
3.2 A importância da descentralização e da capacitação para os programas de execução descentralizada.	29
3.3 Avaliação de cursos a distância	34
4. Metodologia	37
4.1. Estratégia de Pesquisa.....	37
4.2. Componentes do Estudo de Caso.....	43
4.3. Critérios de Avaliação da Qualidade do Estudo de Caso	44
5. Resultados	45
5.1 Entrevista com Diretores Escolares	45
5.1.1. Sumário da entrevista com os diretores escolares.	46
5.2 Questionários aplicados aos professores.....	52
5.2.1 Resultados da Escola 1	52
5.2.2 Resultados da Escola 2	52
5.2.3 Resultados da Escola 3.....	53
5.2.4. Sumário das entrevistas com professores.....	53
5.3 Avaliação de prestação de contas	54

5.3.1 Resultado da avaliação da prestação de contas	54
6. Avaliação de resultados.....	57
7. Considerações Finais.....	62
Bibliografia.....	65
Anexos.....	69
Anexo 1 - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	69
Anexo 2 - Entrevista com diretor de escola que realizou o curso do PDDE no exercício de 2015.	70
Anexo 3 – Transcrição das respostas das entrevistas com diretores:	75
Anexo 4 – Questionário aplicado aos professores das unidades escolares.....	81

1. Introdução

A descentralização das políticas sociais no Brasil traz elementos favoráveis e outros desfavoráveis à eficácia dessas políticas. “Uma consequência importante do processo de municipalização é a mudança que as políticas sociais descentralizadas e focalizadas têm provocado nas relações intergovernamentais” (LEITE, pg.308, 2009). Entre os elementos desfavoráveis em políticas da união, há quem problematize o distanciamento entre o ente provedor da política e o ente executor. Na esteira desse distanciamento pode vir obstáculos decorrentes por exemplo da separação entre as equipes que concebem os programas (no governo federal) e as que executam (no governo local).

Nesse trabalho pretende-se avaliar uma iniciativa voltada para minimizar esse tipo de problema. Trata-se do o Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (Programa Formação pela Escola), normatizado na Resolução/CD/FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012, que oferta cursos de capacitação à distância para profissionais que trabalham com educação pública no Brasil e demais cidadãos, buscando o aprimoramento do controle, da execução, do planejamento e do monitoramento das ações públicas; especificamente aquelas de responsabilidade do Ministério da Educação.

“O ensino a distância pode ser definido como o conjunto de métodos instrucionais nos quais as ações do professor são executadas a partir das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas que podem ser feitas além do presencial e cuja comunicação é facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos e outros, beneficiando-se do planejamento, direção e instrução da organização do ensino” (MOORE, 1983, citado por VERSUTI, pg.03, 2012).

“A política pública e a avaliação de programas é uma incorporação recente a uma cadeia de tentativas por parte dos governantes de utilizar o poder mental de acadêmicos e cientistas para promover o interesse do Estado” (VEDUNG, pg. 17, 1997, tradução nossa). Visa-se realizar uma avaliação do Programa Formação pela Escola - FPE, que está completando dez anos em 2016.

Dada uma extensa gama de ações contempladas pelo FPE, optamos por considerar para a referida análise apenas um dos cursos ofertados pelo FPE, especificamente o curso de capacitação para a execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. A escolha da ação do FPE voltada a esse programa permeia a questão de que o recurso do PDDE é repassado pelo governo federal diretamente às escolas públicas estaduais e municipais para execução direta de gestão democrática e coletiva.

Portanto, podemos dizer que o PDDE é um exemplo extremo de descentralização da política pública. Nesse sentido, é salutar a validação de programas como o FPE, para orientar e capacitar os gestores e a comunidade local na ponta para permitir tanto a correta execução dos recursos como a possibilidade de controle sobre os gastos praticados.

“Neste contexto, a capacitação profissional emerge como tema de destaque, no desafio de moldar o perfil do agente público na concepção moderna da nova gestão pública ou gestão pública gerencial, com o desafio de incluir características que atendam a objetivos e missão institucionais, convergindo com os interesses da sociedade”(BÄCHTOLD, pg. 14, 2013).

Logo, se a capacitação a distância do PDDE pelo FPE ajudar a minimizar obstáculos relativos ao distanciamento entre os entes públicos envolvidos, pode vir a ser sugerido como instrumento complementar a diversas políticas sociais em curso no Brasil, não apenas na área de educação. Afinal, há quem diga que a forma mais assertiva e democrática de aplicação de recursos públicos para um bem social e coletivo é a gestão democrática, que se insere em programas de educação, como nos exemplos do PDDE, há longa data.

Esse trabalho visa avaliar o estudo de caso múltiplo a ser realizado por meio de revisão documental, entrevistas com diretores e questionário objetivo com professores.

A revisão documental será sobre a prestação de contas do PDDE executado no exercício de 2015 nas escolas da amostra, com objetivo de averiguar a veracidade e capacidade de gestão com os recursos do programa. Por meio de entrevista com os diretores de escolas públicas selecionadas em exercício no mesmo ano, se coletará o conhecimento e a metodologia de execução do PDDE 2015. Ainda, se aplicará questionário objetivo para coleta das impressões de professores quanto a execução do PDDE naquele exercício, em escolas públicas de Goiás. Por fim, se fará a comparação entre os dados coletados para avaliar a performance das escolas capacitadas pelo FPE e das escolas não capacitadas pelo FPE.

Cabe considerar que em estudo realizado sobre o PDDE, Coronel (pg. 94, 2007) concluiu que, “em síntese, ficou evidente a necessidade de superar a mera possibilidade de compartilhar a gestão, o que implica a participação direta dos segmentos representativos na tomada de decisões e na execução das ações político-pedagógicas e administrativas de modo que se estabeleça uma articulação, cada vez maior, entre Secretaria de Educação, escola e comunidade em geral, proporcionando que as atividades atendam às necessidades daqueles que a compõem, possibilitando, dessa forma, uma construção das práticas decisórias da escola, para que o espaço escolar público seja de qualidade e possibilite o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos”.

1.1. Formulação do Problema de Pesquisa

A avaliação de uma política pública quanto à sua eficácia e regular execução é fundamental para justificar os gastos financeiros e de força de trabalho dispendidos. Saber se o alcance do objetivo da política foi, ou está sendo, possível é primordial para que se justifique o investimento de recursos e se avance na solução de um problema social previamente identificado.

Com a finalidade de alinhar as informações acerca do PDDE e tornar a implementação mais homogênea nas diversas escolas, no sentido de que os municípios alcancem os resultados esperados por um programa, são ofertados cursos de capacitação pelo FNDE, de forma direta, por meio do Programa Formação pela Escola.

No caso da política FPE, que visa capacitar o público executor de programas do FNDE, o objetivo final a ser alcançado é a boa e regular execução dos demais programas geridos pelo FNDE, no intuito de que esses atinjam suas finalidades. Essas capacitações visam alcançar os atores envolvidos na implementação do programa e são amplamente recomendadas pelos órgãos de controle. Apesar disso, é preciso se questionar se haveria de fato alguma relação entre as estratégias adotadas para a capacitação dos atores implementadores do PDDE e o alcance dos objetivos do programa.

Nessa perspectiva, o problema de pesquisa a ser solucionado é se ocorre uma relação direta do programa formação pela escola que traga alterações de conduta na execução e na prestação de contas do programa dinheiro direto na escola em escolas públicas do Goiás.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Objetiva-se avaliar o relacionamento do Curso do PDDE do Programa Formação pela Escola na execução e na transferência da execução para os documentos de prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola em 2015.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Analisar se a capacitação de gestores escolares influenciou na execução do PDDE nas unidades escolares selecionadas;
- Analisar se o grau de difusão da capacitação no PDDE entre distintos colaboradores escolares influencia na execução do PDDE nas unidades escolares selecionadas;
- Comparar o alcance dos objetivos do FPE nas unidades escolares selecionadas.

1.3. Justificativa

Este estudo pode ser justificado por razões laborais e sociais.

Em relação às razões laborais, ao completar dez anos de atuação da política pública de capacitação de partícipes do processo de execução das diversas políticas públicas, têm-se a possibilidade de avaliar gerencialmente a extensão de influência de uma melhoria na aplicação de recursos públicos. O PDDE é um programa que em muito traz a possibilidade do empoderamento escolar, de discernimento e padrão decisório coletivos e de solução local de questões que impedem o bom desenvolvimento pedagógico e instrumental, ou mesmo possibilidades de estimulação de atividades escolares de desenvolvimento extracurriculares, e, desse modo, tem demasiada importância. Um programa que permita capacitar os agentes envolvidos no processo de decisão sobre e de aplicação dos recursos do PDDE tem importância inerente que dispensa maiores explicações, como é o caso do FPE. No entanto, recai nessa perspectiva verificar se tal objetivo da política pública FPE está sendo atingido a contento, para que se delibere sobre possíveis mudanças ou mesmo manutenção do programa com vistas a garantia de aplicabilidade, sustentância e importância da política. Nesse ínterim, se destaca a importância laboral do presente estudo, para as deliberações gerenciais e operacionais do FPE no intuito de garantir qualidade e aplicabilidade e atingimento da finalidade do programa.

Cabe considerar também que, não obstante a execução em rede de parceria do FPE, cabe à união o monitoramento das ações atinentes ao programa, sendo uma boa prática para tal finalidade um estudo que compare a presença de efetividade do programa. “Pesquisas que busquem analisar a influência ocorrida no ambiente organizacional após a realização de curso de capacitação profissional são relevantes, por apontar processos ou soluções que podem ou não serem aplicadas com resultados semelhantes” (BÄCHTOLD, pg. 19, 2013).

No que tange à importância social do presente estudo, cabe considerar que tanto o PDDE quanto o FPE são programas que atingem diretamente a sociedade, e “que os objetivos dos programas de governo diferem de outras propriedades da vida social devido a sua institucionalização através de uma maquinaria formal de adoção de decisões” (VEDUNG, pg.63, 1997, tradução nossa), o congresso nacional. O PDDE tem em suas diretrizes o enfoque da decisão coletiva do gasto direto na escola, com participação não só da diretoria escolar, mas da comunidade escolar em seu processo decisório. O FPE é um programa que permite a capacitação da sociedade como um todo, empoderando e desenvolvendo na comunidade escolar e geral a competência de compreender e participar da execução das

diversas políticas educacionais bem como controlar e monitorar as ações já realizadas. Portanto, não há escopo de dúvida quanto a importância social de ambos os programas, e, especificamente, quanto a importância de verificar se o FPE está de fato atuando de maneira a permitir que o PDDE tenha uma aplicabilidade a contento dentro de sua normatização e objetivos.

Ainda, ambos os programas permitem atender a requisição social de democratização da educação. A democratização da gestão da escola implica “a combinação de três fatores: ampliação das possibilidades de participação nos processos de tomada de decisão na gestão da educação e na gestão escolar; busca de autonomia para as unidades escolares; e descentralização da gestão e financiamento” (INEP, pg.53, 2007), todas presentes na combinação e influência do FPE na execução do PDDE.

Ademais, conforme visão da Autarquia, há a projeção de “ser referência na implementação de políticas públicas”. Desse modo, para uma boa implementação, ainda na visão atual de gestão por resultados, cabe controle e retroalimentação sobre as políticas públicas executadas para averiguar a importância e as necessidades de reformulação, quando for o caso, das mesmas políticas. Ainda, destaca-se o clássico modelo de efetividade que constitui a avaliação segundo o alcance dos objetivos fixados.

“No Brasil e no mundo, há uma preocupação e esforço crescentes na produção de informação e conhecimento para orientar a gestão de políticas e programas sociais, por meio da estruturação de atividades de monitoramento e avaliação da ação pública em diversas instâncias” (JANNUZZI et al, pg.38, 2016).

Portanto, cabe considerar a necessidade de uma avaliação da efetividade do FPE, especificamente do atendimento dos objetivos previstos, na intenção de trazer subsídios para ações gerenciais e para avaliar a importância da política Programa Formação pela Escola como ferramenta de capacitação dos colaboradores externos do FNDE.

Conforme Jannuzzi (pg.109, 2009), no ciclo de implementação de política pública, “é necessário avaliar se é preciso realizar mudanças nos programas implementados para garantir sua efetividade, descontinuí-los, se o problema deixou de compor a agenda ou, então, adaptá-los a uma nova realidade, reiniciando o ciclo”.

Cabe considerar nesse momento que esse trabalho se baseia na avaliação somativa denominada por Jannuzzi (pg. 55, 2016), enquanto etapa do ciclo de implementação de política pública, para evitar confusão com as atividades de monitoramento e as avaliações de

aprimoramento de programas. Nessa etapa são confrontados os resultados esperados com os alcançados.

Nos termos do autor, “não é possível tal avaliação sem contar com um conjunto amplo de estudos, pesquisas e indicadores sobre diferentes aspectos do programa, seja com a relação ao cumprimento de seus objetivos, como seus impactos sociais mais abrangentes e eventuais externalidades negativas criadas”.

2. O Programa Formação pela Escola

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

Portanto, recai ao FNDE a execução de diversas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da educação pública brasileira, no contexto de que “política é algo diretamente associado a observação e ao monitoramento de eventos, à recepção e à emissão, ao processamento e à análise de informações e à tomada de decisão, ou seja, é uma atividade de controle” (MONTEIRO, 1982, citado por LOPO, pg.09, 1999).

Conforme a missão do FNDE, cabe à Autarquia “prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos”, conforme retirado do sítio eletrônico www.fnde.gov.br.

O Programa Formação pela Escola oferta cursos de capacitação bimestrais a distância sobre os programas executados pelo FNDE, conforme rol:

- a) Competências Básicas;
- b) Programa Dinheiro Direto na Escola;
- c) Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- d) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
- e) Censo Escolar;
- f) Controle Social para Conselheiros;
- g) Programas de Transporte Escolar;
- h) Programas do Livro;
- i) Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação.

Os módulos do Programa Formação pela escola são referentes aos demais programas gerenciados pelo FNDE, ao qual nos ateremos posteriormente somente ao módulo referente ao PDDE.

São objetivos do Programa Formação pela Escola aprimorar a formação de agentes e parceiros para a correta, eficiente, eficaz e efetiva aplicação dos recursos públicos da Educação; divulgar ações e programas do FNDE; e estimular a participação e o controle sobre o uso dos recursos públicos. É destinado preferencialmente ao público que execute ou preste contas dos recursos destinados a programas da educação, mas atende também todo o público que possa exercer controle social sobre tais recursos, como cidadãos em geral.

Para que o Programa Formação pela Escola possa ser realizado, conta-se com a parceria das Prefeituras Municipais e dos Governos Estaduais, que indicam professores servidores do quadro de educação, em atividade finalística ou administrativa, para exercerem atividades de coordenadores estaduais, multiplicadores ou tutores, que são os agentes ativos no Programa (inciso II, § 1º, art. 4º da Resolução nº 35/2012). Portanto, observa-se que o Programa se desenvolve em rede de parceria com os demais entes federativos, a cada qual recai uma competência.

A prefeitura municipal tem como responsabilidade a indicação dos professores da rede municipal de educação que atuarão como tutores municipais. A formação inicial para formação como tutor é a realização concomitante dos cursos Formação em Tutoria e Competências Básicas (um módulo geral dos diversos temas do FNDE), para que esses sejam capacitados em tutoria de cursos a distância e também internalizem em linhas gerais os principais programas do FNDE. Ademais, nessa formação existe um encontro presencial no qual esses são capacitados a manusearem os sistemas informatizados do FPE.

Após a formação nesses cursos com êxito, esses tutores estão aptos a exercer seu papel no Programa, sendo tutores para os demais cursistas nos diversos cursos disponibilizados pelo Programa. Para essa ação, a prefeitura municipal dispôs a liberação do professor tutor de suas atividades laborais por dez horas de sua carga horária semanal para dedicar-se ao Programa.

O papel do tutor é importante pela sua ação de assistência pedagógica e de suporte ao sistema de educação a distância. Ademais, cabe ao tutor o estímulo original e permanente dos cursistas, além do controle de cronograma e acompanhamento diferenciado para cursistas com dificuldades pontuais.

Cabe salientar que esse tutor é sempre um professor da rede municipal, ou seja, nele já consta a qualificação necessária para ensinar o próximo, e, devido a isso, ele é apenas capacitado a realizar tal atividade em cursos a distância por meio do módulo formação de tutores. No entanto, não seria prudente atribuir ao professor a atividade extra de tutoriar a distância sem uma atualização e capacitação mínima que o oriente a realizar tal tarefa. Por isso, torna-se pertinente o custo inicial de formação do tutor por meio de bolsa paga a ele.

Ao Governo Estadual ou Distrital, representado pela Secretaria de Educação Estadual ou Distrital, compete ações de implementação das ações de formação, como a divulgação do programa nas prefeituras e a articulação com essas para desenvolvimento do programa, e apoio a rede de tutoria em suas ações, bem como a avaliação regional do Programa. A equipe é formada por um Coordenador Estadual e um grupo de multiplicadores. Caso não haja recursos humanos ou materiais suficientes para a realização de suas atividades e de comum acordo com a Secretaria de Educação Estadual ou Distrital, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) pode realizar apoio ou mesmo a gestão regional do FPE.

Ao Governo Federal recai a incumbência da Coordenação Nacional, no qual trabalham servidores do FNDE, e a quem compete a promoção de condições necessárias para o desenvolvimento do Programa, conforme previsto na Resolução/CD/FNDE nº 35/2012, abaixo exposto:

“§ 1º A Coordenação Nacional será responsável por:

- a. realizar a gestão pedagógica e administrativo-financeira do Programa;
- b. monitorar as atividades de adesão dos entes federados ao programa no Plano de Ações Articuladas (PAR);
- c. promover a articulação da rede e apoiá-la na realização dos processos de formação e capacitação das equipes parceiras;
- d. planejar, executar, monitorar e avaliar os trabalhos desenvolvidos nas unidades federadas pelo Programa Formação pela Escola;
- e. produzir e distribuir o material didático;
- f. gerir o ambiente virtual de aprendizagem (AVA);
- g. hospedar, manter, promover melhorias e administrar o SIFE;
- h. definir critérios para a formação de turmas e para a distribuição de vagas;
- i. acompanhar e monitorar as solicitações de pagamento aos bolsistas do Programa, encaminhando-as ao Sistema de Gestão de Bolsas (SGB) devidamente homologadas por certificação digital.”

A todos os partícipes municipais e estaduais/distritais, há a adesão ao Programa, por meio de do Plano de Ações Articuladas (PAR)¹, para demonstração de interesse de participação no Programa, por meio de termo de compromisso, demonstrando conhecimento das regulamentações atinentes.

A esses atores, quais sejam, tutores, multiplicadores e coordenadores estaduais, são devidas bolsas, nos termos da Resolução e da Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, em seu art. 1º:

“Art. 1º Ficam o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes autorizados a conceder bolsas de estudo e bolsas de pesquisa no âmbito dos programas de formação de professores para a educação básica desenvolvidos pelo Ministério da Educação, inclusive na modalidade a distância...”

Especialmente para o exercício da tutoria à distância, faz-se necessário complementar a formação desses professores com curso específico de tutoria, que teoriza os parâmetros e as ações relacionadas à ação de acompanhamento à distância de educação, associado à formação temática, de assuntos específicos de programas do FNDE.

Nos parâmetros pedagógicos do FPE, os cursos contam com um encontro presencial obrigatório, no qual os futuros tutores adquirem o conhecimento relativo à plataforma de atuação a distância (MOODLE) e ao SIFE, no qual se desenvolve a secretaria dos cursos.

Desse modo, normatizou-se que competiria ao FNDE o custeio de alimentação e hospedagem, por meio de diárias, enquanto competiria ao ente parceiro o custeio do deslocamento ao local do evento presencial, no que tange ao suporte à formação desses tutores.

Assim sendo, em 2013 foi publicada a Resolução CD/FNDE nº 37, de 07 de outubro de 2013, pela qual se implementou o Programa Formação de Tutores para as Redes de Parceria do FNDE (Formação de Tutores), que destina bolsas de estudo mensais para o processo de articulação e capacitação de tutores-formadores e abarcou a formação dos tutores do Formação pela Escola.

¹ Programa de Ações Articuladas: O PAR é o planejamento multidimensional da política de educação que os municípios, os estados e o DF devem fazer para um período de quatro anos — 2008 a 2011. O PAR é coordenado pela secretaria municipal/estadual de educação, mas deve ser elaborado com a participação de gestores, de professores e da comunidade local.⁶

Entretanto, no contexto recente de restrição do gasto público, foi substituído o pagamento de diária pelo pagamento de bolsa. Na sistemática de ambos Programas, as bolsas são pagas após a comprovação de realização de critérios dos atores citados, previstos, cada qual, em sua resolução e diretrizes.

O Programa Formação de Tutores é um programa acessório do Formação pela Escola ao qual compete a formação inicial e continuada dos tutores da rede de parceria.

Os valores das bolsas bimestrais do Programa Formação pela Escola dependem da função exercida pelo partícipe e, no caso do tutor, do número de turmas ofertadas e com o índice de aproveitamento (cursistas aprovados sobre cursistas matriculados) satisfatório nos termos da diretriz do Programa. Quanto ao Programa Formação de Tutores, a bolsa é paga mensalmente, somando-se R\$ 1.200,00 no bimestre.

Tabela 1 – Valor de bolsas do FPE

Formação pela Escola		
ator		bolsa bimestral (R\$)
coordenador estadual		1.200,00
multiplicador		1.000,00
tutor	1 turma	700,00
	2 turmas	900,00
	3 turmas	1000,00
Formação de Tutores		
ator		bolsa mensal (R\$)
tutor-cursista		600,00

2.1. Histórico quantitativo do Programa Formação pela Escola.

O Programa Formação pela Escola surgiu em 2006, em um projeto piloto que ofertou 240 (duzentos e quarenta) turmas de formação para 3.962 (três mil novecentos e sessenta e dois) cursistas atendidos em cursos diversos para os estados do Ceará, Goiás, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rondônia¹.

Em 2008, o Programa foi ampliado para todo o território nacional, e houve a publicação da primeira Resolução do Programa, Resolução/CD/FNDE nº 12, de 25 de abril de 2008.

Desde 2006, foram capacitamos 4.143 (quatro mil cento e quarenta e três) municípios brasileiros, dos 5.570 (cinco mil quinhentos e setenta) municípios brasileiros. No

entanto, não houve nenhum cursista no total de 1.427 (um mil quatrocentos e vinte e sete) municípios.

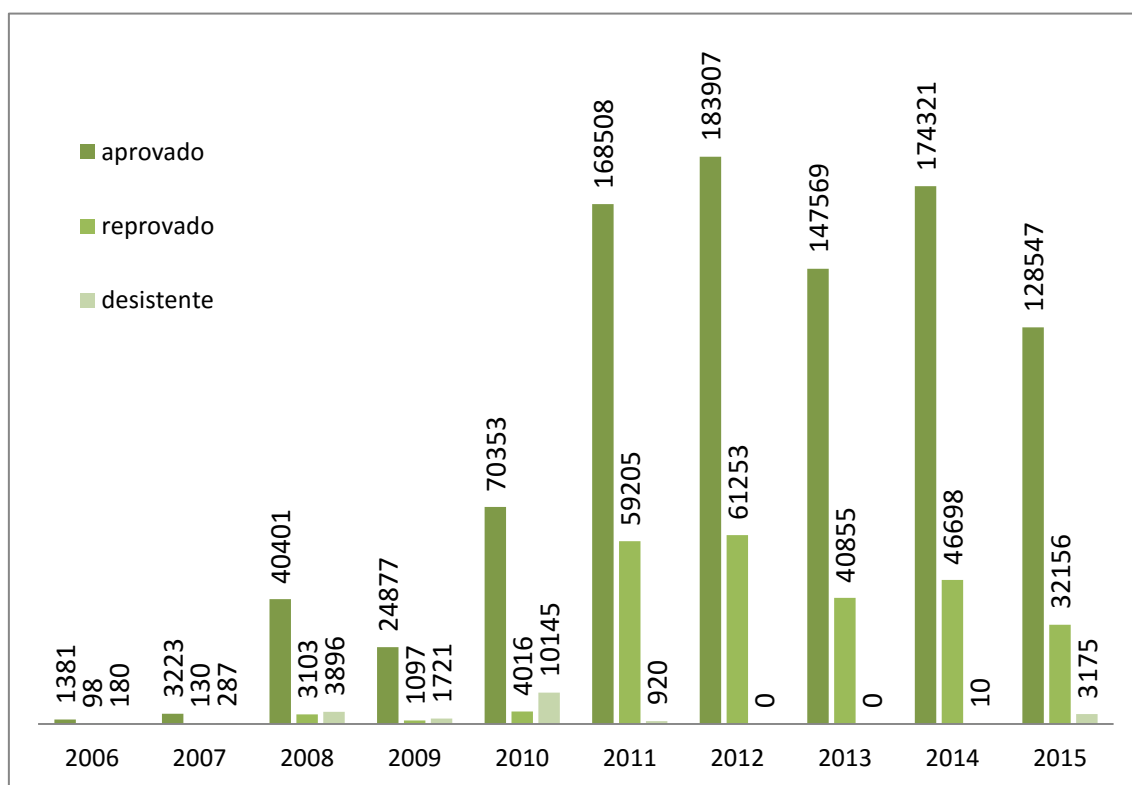
O Gráfico 1 representa a quantidade total de cursistas do ano segregado pelo resultado alcançado por ele no curso, quais sejam, aprovado, reprovado e desistente. Avaliando o desenvolvimento do Programa desde 2006, observa-se que houve um pico de participação no programa no ano de 2011 a 2014, seguido por uma serena queda de participação em 2015. Isso pode decorrer das intercorrências relacionadas ao atraso do pagamento das bolsas dos tutores por questões orçamentárias e financeiras, o que pode interferir na motivação para abertura de turmas e, conseqüentemente, na quantidade de pessoas formadas.

As bolsas referentes ao último período do exercício de 2014 são pagas no primeiro mês de 2015, porém, nesse exercício houve a falta de limite financeiro da Ação Orçamentária 0000, a qual coube entre os Planos Internos – PI - os PIs dos Programas Formação pela Escola e Formação de tutores. O limite destinado ao Programa Formação pela Escola foi redistribuído para uso em outro Programa constante na mesma ação orçamentária. Tal fato ensejou a necessidade de uso de pagamento por meio de reconhecimento de dívida, ato de exceção nos termos do artigo 37, da Lei nº 4.320/1964. O ato em questão, por ser de exceção, deve ser previamente autorizado pelo ordenador de despesas frente à exposição esclarecida em Nota Técnica além de ser ato de lento encaminhamento. Portanto, as bolsas referentes ao último exercício de 2014 foram pagas com atraso significativo.

Não obstante a situação citada, ainda ocorreu desde meio de 2014 o atraso no pagamento das bolsas devido à falta de limite financeiro na conta única do tesouro nacional. Esse atraso recorrente interferiu em todas as bolsas do exercício de 2015 e dificultou em dois pontos chave: na motivação da rede de parceria, que passou a desacreditar na importância do programa para o governo federal, e na formação de novos tutores, visto que a primeira parcela de bolsa nessa formação visa custear diárias e alimentação para os cursistas, e que a intempestividade do pagamento pode macular essa atividade.

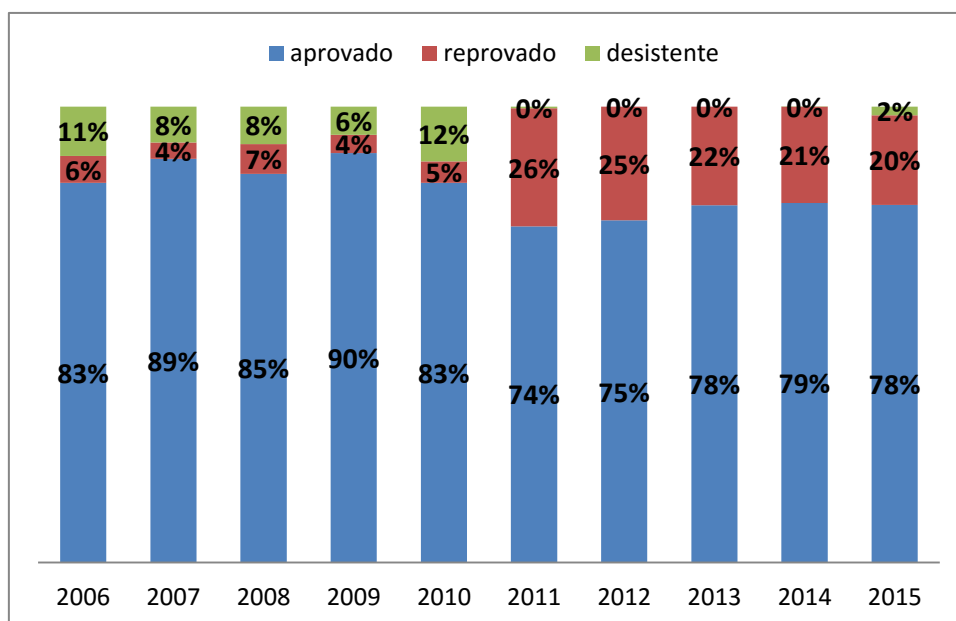
Percentualmente, tem-se o quadro representado no Gráfico 2, que demonstra o aproveitamento de cursistas aprovados nos cursos ofertados de, em média, cerca de 80%, no decorrer dos anos de existência do Programa Formação pela Escola. O que se percebe é diminuição do número de desistentes e aumento do número de reprovados nos cursos. Tal dado pode demonstrar maior capacidade dos tutores em reter participantes no curso e maior seriedade nos métodos de avaliação dos cursistas.

Gráfico 1 – situação de cursistas por ano desde 2006.



Fonte: SIFE

Gráfico 2 – percentual de situações ao longo dos anos.



Fonte: SIFE

Cabe brevemente discorrer sobre a pesquisa de satisfação realizada no ano de 2016 pela Coordenação Nacional do Programa Formação pela Escola, do FNDE, com os cursistas que concluíram o curso do PDDE em 2015, que foram aprovados no curso e que tinham email cadastrado no banco de dados. Foi encaminhado email convidando para a pesquisa anônima por meio do Programa SISQUEST a 9.743 (nove mil setecentos e quarenta e três) cursistas, dos quais se obteve resposta de 2.075 (dois mil e setenta e cinco) cursistas, o que quantifica cerca de 21% (vinte e um por cento) de respostas obtidas, dando confiabilidade ao dado. Desses cursistas, 93 (noventa e três) são do estado de Goiás.

Como resultado, foram selecionadas 3 perguntas, expostas na tabela 2, nas quais constata-se que, dos 2.075 (dois mil e setenta e cinco) cursistas que responderam ao questionário, quase a totalidade considera que concorda totalmente ou parcialmente com as perguntas que demonstram retenção de conteúdo, transferência de aprendizagem ou mesmo impacto na comunidade a que pertence.

Tabela 2 – resultado parcial da pesquisa de satisfação 2016 para o curso PDDE.

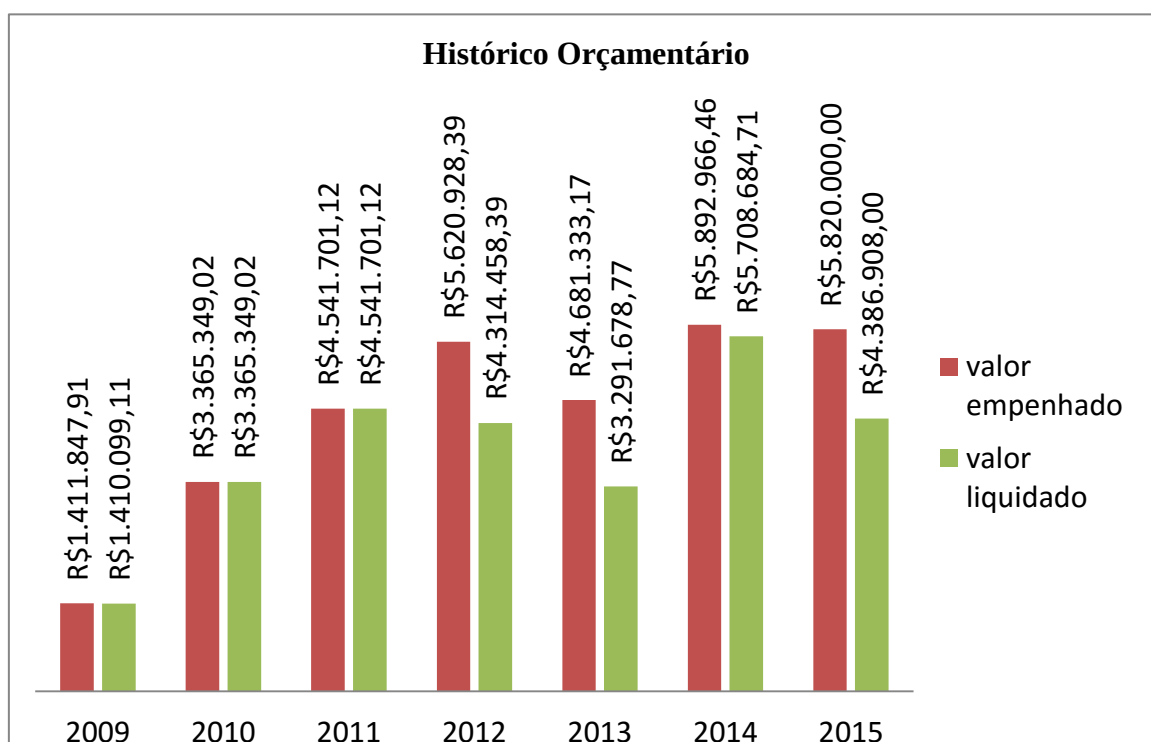
	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Sem opinião	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Você considera que reteve o conhecimento adquirido no curso?	71,37%	26,84%	1,45%	0,14%	0,19%
Você considera que o curso realizado trouxe melhorias para o seu trabalho?	75,95%	21,54%	2,17%	0,19%	0,14%
Você considera que o aprendizado do curso trouxe melhorias para a sua comunidade?	54,94%	38,22%	5,73%	0,63%	0,48%

Fonte: Pesquisa de satisfação 2016

2.2 Histórico Orçamentário do Programa Formação pela Escola.

Observa-se que o desenvolvimento orçamentário do Programa no âmbito do orçamento federal segue o mesmo padrão histórico de quantidade de pessoas capacitadas. Ou seja, do gráfico 3 obtém-se a percepção que no pico de participantes capacitados houve o pico de valores liquidados.

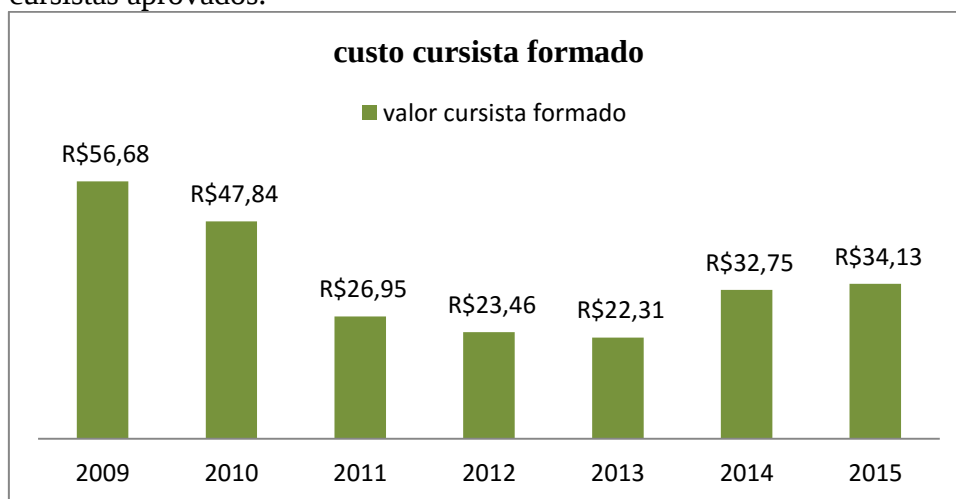
Gráfico 3 – Histórico orçamentário do Programa Formação pela Escola



Fonte: SIFE

Em relação ao valor cursista formado, ou seja, o valor liquidado pelo número de cursistas aprovados, temos o gráfico 4, em que se percebe um custo cursista formado maior nos primeiros anos de implementação do programa, sendo diminuído no período de 2011 a 2013, enquanto era paga com diárias a formação de tutores (valor esse não considerado no gráfico a seguir), e um leve aumento em 2014 e 2015, em que foi iniciado o Programa Formação de Tutores como metodologia de formação inicial e continuada dos tutores.

Gráfico 4 – Custo cursista formado – valor liquidado no exercício sobre quantidade de cursistas aprovados.

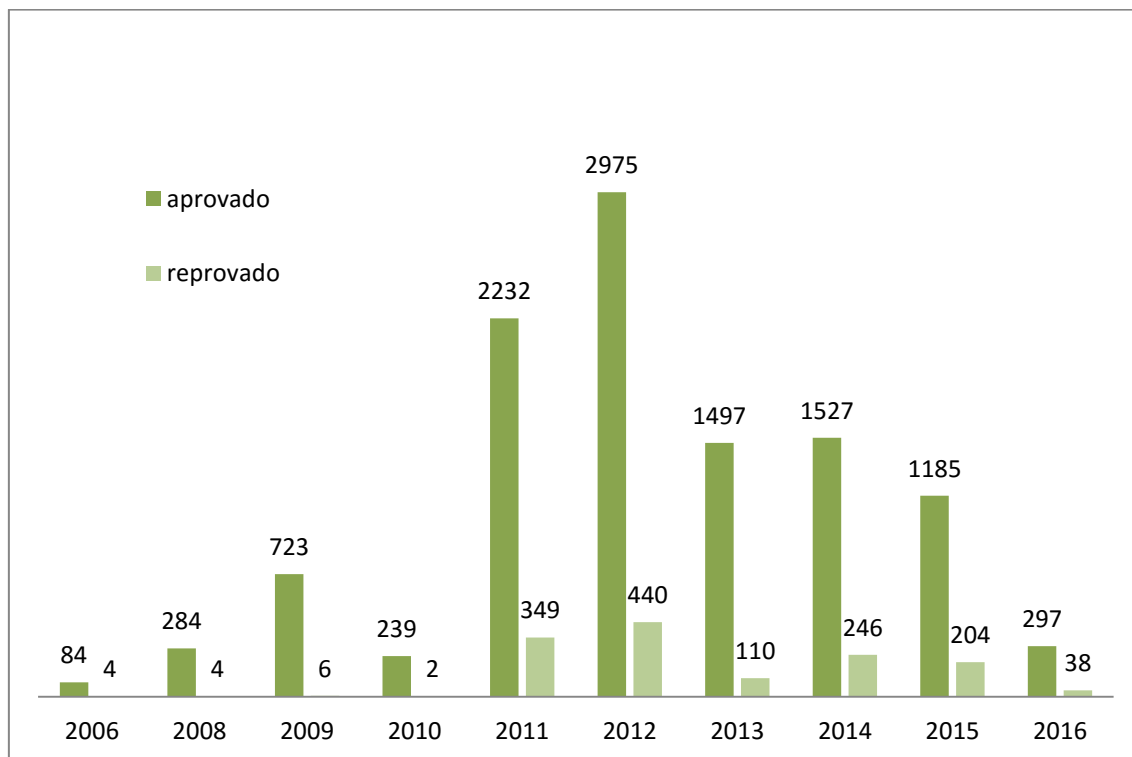


Fonte: SIFE

2.3. Análise do Estado de Goiás do FPE em 2015.

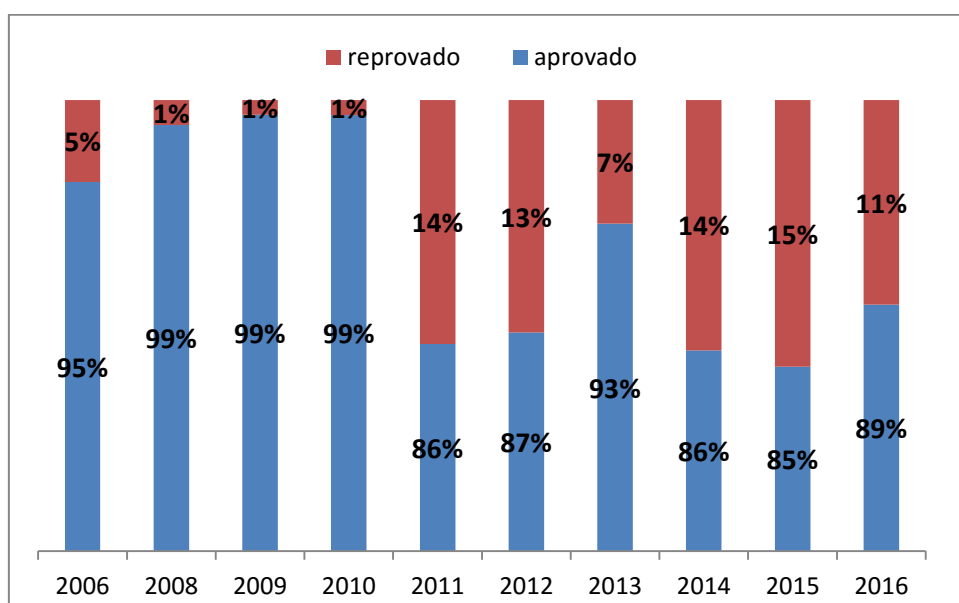
Inicialmente, cabe considerar a situação específica do Estado de Goiás ao longo dos anos quanto ao curso PDDE, no qual se constata os gráficos 5 e 6 abaixo:

Gráfico 5 – situação de cursistas no Goiás por ano desde 2006.



Fonte – SIFE

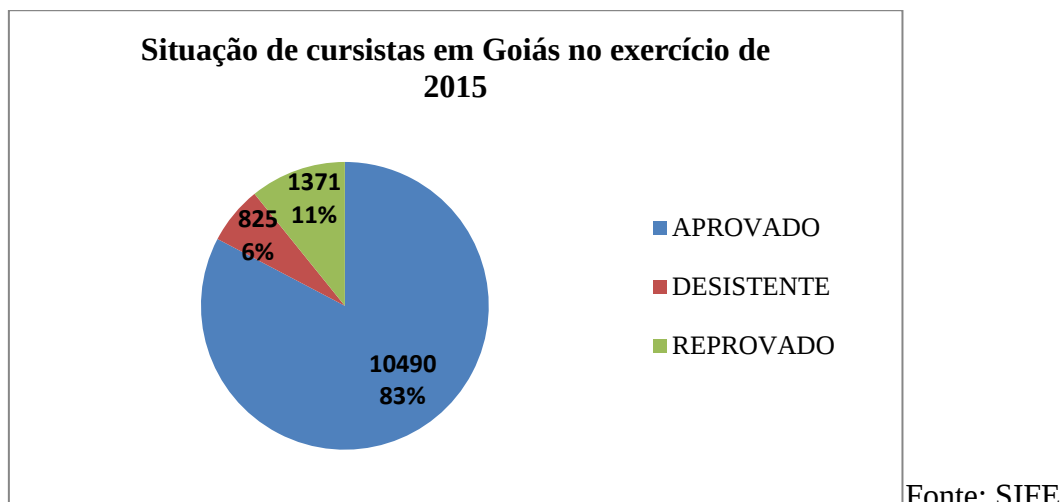
Gráfico 6 – percentual de situações no Goiás ao longo dos anos.



Fonte - SIFE

Salienta-se que, no que se concerne ao exercício de 2015, o Estado de Goiás ofertou cursos diversos para 12.686 (doze mil seiscentos e oitenta e seis) cursistas, dos quais houve o seguinte padrão de conclusão de curso:

Gráfico 7 – Situação de Cursistas em Goiás 2015.



Ainda, cabe considerar que há, no país, 1.427 (um mil quatrocentos e vinte e sete) municípios onde nunca houve a implementação do Programa Formação pela Escola. Desses municípios, 16 (dezesesseis) estão no estado de Goiás. Os municípios que não desenvolveram o FPE foram Amaralina; Aragoiania; Cabeceiras; Cacu; Caldasinha; Caturai; Colinas do Sul; Damolândia; Formoso; Gameleira de Goiás; Mutunópolis; Palmelo; Santo Antônio de Goiás; São Francisco de Goiás; São Miguel do Passa Quatro e Urutai.

Quanto ao estado de Goiás, cabe considerar revelar que, no exercício de 2015, houve capacitação pelo FPE para 81 (oitenta e um) municípios, sendo que, do curso PDDE, houve capacitação em 47 (quarenta e sete) municípios. Desses, fazem parte dessa pesquisa, além da escola 3, na qual não foi desenvolvido o programa, uma escola em cada um dos municípios abaixo que capacitaram um total de cursistas expostos na Tabela 3.

Tabela 3 – Quantitativo de cursistas nos municípios da amostra.

Município	Aprovado	Reprovado	Total Geral
Escola 1	16	0	17
Escola 2	187	1	190

Fonte: SIFE

Observa-se dos dados retirados no SIFE que houve 1.389 (mil trezentos e oitenta e nove) cursistas que optaram por realizar o curso do PDDE no exercício de 2015, sendo que

desses 85,31% (1.185 cursistas) foram aprovados, enquanto houve reprovação de 14,69% (204 cursistas).

Ainda, sabe-se que o curso do PDDE, não obstante suas atualizações, foi ofertado desde o início do Programa FPE, e o perfil de preponderante que o realizou foi de professores, conforme consta no Tabela 4. Ademais, também apresentam grande incidência servidores, diretores de escola e comunidade, nessa ordem.

3. O Programa Dinheiro Direto na Escola

Um dos cursos disponibilizados pelo Programa Formação pela Escola é o voltado ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, programa esse normatizado pela Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013.

O PDDE “consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas, e privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica, e a polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infra-estrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social” (FNDE, art. 2º, 2013).

Portanto, o PDDE atua nas escolas públicas e privadas sem fins lucrativos no intuito do empoderamento das mesmas ao gerenciarem diretamente recursos financeiros para finalidades de gastos decididos pela comunidade escolar, fortalecendo a autogestão escolar em conciliação com a comunidade das decisões dos gastos dos recursos anualmente repassados, ou seja, a gestão democrática dos recursos.

“A nova retórica da descentralização, que pretende estimular a participação da sociedade na esfera pública, tem como finalidade a aproximação entre financiamento e administração, tanto nas relações do poder público como o mercado, quanto na transferência de responsabilidades para os municípios e para a escola no caso da educação ” (INEP, pg. 49, 2007).

Tabela 4 – Perfil profissional de cursistas do PDDE ao longo dos anos.

Rótulos de Linha	2006	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total Geral
COMUNIDADE	2		9	2	103	132	141	288	155	45	877
CONTADOR					2	1	4	2	2		11
DIRETOR DE ESCOLA	15	37	49	9	208	193	111	87	71	24	804
LEGISLADOR	1				3	3	1	2	1	1	12
MERENDEIRA				1	35	59	22	30	40	6	193
MOTORISTA					7	1	4	4	5	1	22
PREFEITO					2	2	4	1			9
PROFESSOR	40	164	145	49	1502	1842	721	970	676	171	6280
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO	1	2	5	2	25	39	19	14	7		114
SERVIDOR	24	46	83	19	582	785	527	482	412	83	3043
TÉCNICO DO FUNDEB		1	1		8	6	3	5	1	1	26
TÉCNICO DO PDDE				1	13	6	4	4	2	1	31
TÉCNICO DO PLI	1				3	3	1	3	3		14
TÉCNICO DO PNAE	1	1	1		22	19	7	3	4	2	60
TÉCNICO DO PNATE		1		1		1		1			4
TÉCNICO DO PRESTAÇÃO DE CONTAS	1	1		2	32	8	2	27	3	2	78
TÉCNICO DO PTE			1		2	1		1	1		6
(vazio)	11	69	503	163	83	358	46	14	6		1253
Total Geral	97	322	797	249	2632	3459	1617	1938	1389	337	12837

Fonte : SIFE

Salienta-se que a ideia de se trazer para dentro da escola a comunidade escolar como pais de alunos já surgiu no meio do regime militar por meio da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, em seu artigo 62:

“Cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar entidades que **congreguem professores e pais de alunos**, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino”. *grifo nosso*

O PDDE “foi idealizado visando desburocratizar e descentralizar os repasses dos recursos e da gestão financeira dos incentivos federais para a melhoria da educação, com a relação direta entre as escolas beneficiadas e o Governo Federal, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sem a intermediação do governo estadual e/ou municipal para definição e execução das despesas nas referidas escolas” (Pinheiro, pg.12, 2012).

O PDDE tem como público alvo as escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e do distrito federal, as escolas privadas sem fins lucrativos na modalidade de educação especial no ensino básico e os pólos presenciais da Universidade Aberta do Brasil. Nesse trabalho, o enfoque é apenas nas escolas públicas de educação básicas na rede municipais e estaduais.

Ademais, existem várias ações agregadas ao PDDE, mas nesse estudo o enfoque será apenas o PDDE básico, assim denominado por se referir aos repasses anuais para financiamento de atividades de manutenção e pequenos investimentos tradicionalmente atendidas pelo programa.

Cabe ressaltar que o PDDE teve início, “em 1995, com o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). A partir da Medida Provisória nº 1784, de 14 de dezembro de 1998, o PMDE passou a ser denominado Programa Dinheiro direto na Escola (PDDE). Em 2009, com a publicação da Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro, e posteriormente da Lei nº 11.497, de 16 de junho, o Programa passou a atender também o Ensino Médio e a Educação Infantil, visto que, até o exercício de 2008, atendia apenas o ensino fundamental ” (FNDE, pg.22, 2013).

Para as escolas públicas, existem aquelas com mais de 50 (cinquenta) alunos, para as quais são repassados recursos do PDDE diretamente apenas se constituírem Unidades Executoras Próprias (UEX), e existem as com menos de 50 (cinquenta) alunos que podem ou não constituir UEX para recebimento dos recursos do PDDE. Essa necessidade de

configuração da UEx se deve ao fato de que a escola pública, por si só, não tem personalidade jurídica que permita a criação de uma conta bancária em seu nome, sendo necessária a constituição da UEx com personalidade jurídica própria. A essa pesquisa, foram consideradas apenas as escolas públicas de educação básica que tivessem mais de 50 alunos, com UEx configurada nos parâmetros legais e que receberam recursos do PDDE no exercício de 2015.

Unidades Executoras Próprias são “entidade privada sem fins lucrativos, representativa das escolas públicas e dos polos presenciais da UAB, integrada por membros da comunidade escolar, comumente denominada de caixa escolar, conselho escolar, colegiado escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, dentre outras entidades, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento dos repasses do programa, destinados às referidas escolas e polos, bem como pela execução e prestação de contas desses recursos” (FNDE, art. 5º, 2013).

Nesse íterim, “o PDDE constitui-se em um dos mais importantes programas de financiamento do ensino fundamental com características de descentralização” (INEP, pg. 49, 2007). Averiguando que o Estado brasileiro deseja, em certas questões, aproximar-se da competitividade de mercado e, para tanto, aproximar-se da plubicização, que consiste na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos.

O valor repassado à UEx é composto por uma parcela fixa, no montante de R\$ 1.000,00 (um mil) para escolas urbanas e R\$ 2.000,00 (dois mil) para escolas rurais, e por uma parcela variável baseada no número de estudantes extraído do censo escolar no ano anterior, no valor per capita de R\$ 0,20 (vinte) por aluno, sendo oitenta por cento do recurso para gastos de natureza de custeio e vinte por cento dos recursos para gastos de natureza de capital, isso se a UEx não definir diferentemente no final do exercício anterior.

Os recursos disponibilizados podem ser gastos em ações de fortalecimento de e melhoria de infraestrutura física e pedagógica, exceto para finalidades que já sejam contempladas pelos demais programas do FNDE; para gastos com pessoal; para pagamento de tributos que não sejam oriundos dos gastos permitidos para o Programa; para tarifas bancárias; para agentes públicos ou empresas privadas que tenham servidor público da ativa ou empregado público, exceto se esse estiver de licença sem remuneração; para compras ou serviços que resultem em benefícios individuais; para festividades ou comemorações; para pagamento de contas de água, energia elétrica, gás, telefone e taxas de qualquer natureza.

Conforme rol exaustivo constante na Resolução nº 10/2013, os recursos do PDDE podem ser destinados a:

- a) na aquisição de material permanente;

- b) na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar;
- c) na aquisição de material de consumo;
- d) na avaliação de aprendizagem;
- e) na implementação de projeto pedagógico; e
- f) no desenvolvimento de atividades educacionais.

Os recursos do PDDE destinados às UEx serão creditados em conta bancária específica, em bancos oficiais parceiros, e deverão ser mantidos e geridos nessas, que serão criadas em agências indicadas pela UEx. A gerência desses recursos deve ser por meio que permita a identificação do favorecido, e por meio eletrônico, como cartão fornecido pelo banco ou transferências. Como exceção, pode-se utilizar cheque nominativo ao credor nos casos em que o banco não disponibilizou o cartão magnético e para escolas rurais. Ao FNDE é permitida a consulta ao extrato das contas específicas, independentemente da autorização do titular da conta.

Ademais, a gestão da UEx prevê uma estrutura de pessoas da comunidade escolar com vistas a participação ativa e sistemática da autogestão, para a democratização na tomada de decisões. Nesse sentido, a UEx é administrada pela assembleia geral, pela diretoria e pelos conselhos deliberativo e fiscal. Aconselha-se que o conselho deliberativo tenha um presidente, um secretário e mais cinco conselheiros. O conselho fiscal deve fiscalizar a movimentação financeira e julgar a prestação de contas.

O curso do PDDE do FPE traz em seu escopo um capítulo integral sobre a formação e as atividades da UEx, acarretando uma consciência sobre como essa entidade deve funcionar e realizar suas atividades, como será destacado em capítulo específico.

Enquanto não forem utilizados os recursos, esses devem estar aplicados em aplicações financeiras de curto prazo, quando a previsão de gasto for inferior a um mês, ou em poupança aberta, quando a previsão de gasto for superior a um mês. Os valores oriundos dessas aplicações devem ser gastos sob a mesma normatização do PDDE.

A execução dos recursos financeiros de 2015 deveria ocorrer até o último dia útil do mês de dezembro de 2015, podendo o saldo ser reprogramado para o exercício seguinte. Os comprovantes das despesas realizadas devem ser arquivados pelo prazo de 20 anos após a data do julgamento da prestação de contas anual do FNDE na sede das UEx.

A prestação de contas das UEx deveria ter sido remetida à Entidade Mantenedora (EEx) até o último dia útil de janeiro do ano subsequente (2016), e a EEx deve remeter a prestação de contas consolidada para o FNDE até 30/04/2015.

“Entidade Executora (EEx) são prefeituras municipais e secretarias distritais e estaduais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento, execução e prestação de contas dos recursos do programa, destinados às escolas de suas redes de ensino que não possuem UEx, bem como pelo recebimento, análise e emissão de parecer das prestações de contas das UEx, representativas de suas escolas ou dos polos presenciais da UAB a ela vinculados” (FNDE, art. 5º, 2013).

Os bens permanentes adquiridos com recursos do Programa devem ser doados, tombados e incorporados ao patrimônio da EEx e ficar sob a guarda e conservação na sede da UEx, assim que estiverem em posse da escola.

O recurso do PDDE é repartido em recursos de custeio, destinados à aquisição de materiais de consumo e à contratação de serviços para o funcionamento e manutenção da escola, e de capital, destinado a cobrir despesas com aquisição de equipamentos e material permanente. Inclusive, as UEx podem definir quanto irão receber de cada categoria no exercício anterior ao da execução, mas, se não o fizerem, o FNDE reparte em 80% (oitenta) para custeio e 20% (vinte) para capital.

As UEx, para aquisição dos bens e serviços com recursos do PDDE, devem se orientar pelos seguintes passos:

- a) Levantamento das ações prioritárias na forma de gestão democrática, orientada por assembleia coletiva em que se tenha participação de toda a comunidade escolar, como professores, demais atores escolares em suas atuações laborais, pais de alunos, alunos, etc;
- b) Realização de pesquisas de preço, preferencialmente no comércio local, com as três melhores propostas sendo incorporadas na consolidação de pesquisa de preços;
- c) Escolha da melhor proposta por menor preço, menor preço global ou melhor qualidade;
- d) Aquisição ou contratação, com exigência da nota fiscal para pessoas jurídicas ou do recibo para pessoas físicas, nas quais constem as siglas do FNDE e do PDDE, o atesto de recebimento pela UEx e o registro de quitação da despesa pelo fornecedor ou prestados de serviço;
- e) Guarda da documentação.

3.1 O Curso do PDDE no FPE

O Curso do PDDE no FNDE é composto por 6 unidades conforme rol abaixo:

- a) Unidade I: Apresentando o PDDE;
- b) Unidade II: Criando e Administrando uma Unidade Executora Própria (UEEx);
- c) Unidade III: Entendendo o funcionamento do PDDE;
- d) Unidade IV: Ações complementares no âmbito do PDDE;
- e) Unidade V: Prestando contas dos recursos do PDDE;
- f) Unidade VI: Controle Social.

Portanto, observa-se somente pela nomenclatura das unidades macros do curso em questão que se busca abranger o PDDE desde sua criação e objetivos iniciais até sua execução e prestação de contas, ou seja, o ciclo parcial cabível às escolas na execução dessa política pública, visto que o monitoramento e o planejamento são etapas macro que se destacam nas atividades da prefeitura municipal e do FNDE.

Todos os cursos do FPE trazem um capítulo inicial chamado “Para começo de conversa” no qual traz um resumo geral do curso e de como esse foi organizado, perguntas básicas que serão elucidadas no decorrer do estudo e estimula a participação no curso por meio de uma reflexão sobre a importância dessa aprendizagem e pela percepção do potencial a ser atingido pela escola após a realização do curso, com exemplos reais de êxito. Ainda, cada unidade é finalizada com um resumo dos pontos de destaque e de relevante importância tratados. Ao final de todos os cursos há um capítulo que retoma a conversa inicial, fazendo uma conclusão reflexiva sobre a aprendizagem.

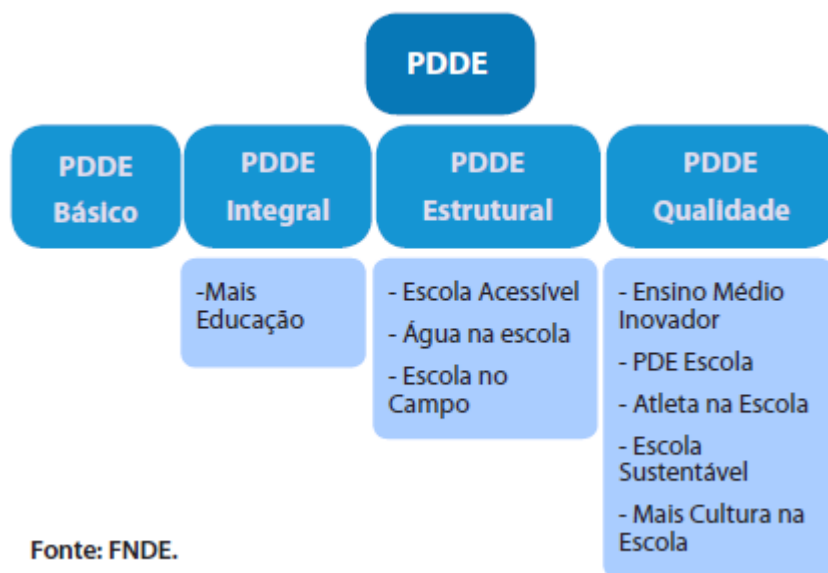
A primeira unidade traz em seu escopo de forma detalhada a definição e os objetivos do PDDE, bem como linhas gerais sobre a Unidade Executora e como se adere e se habilita a escola ao recebimento direto dos recursos do PDDE. Cabe destacar que o curso é abrangente e trata dos quatro eixos de financiamento do Programa com suas diversas ações, como destacado na Figura 1, mas nesse estudo enfocaremos apenas o PDDE básico.

Ainda, a Unidade I traz todo um conteúdo sobre quem pode e como deve se estruturar uma escola para aderir ao programa, com imagens dos sistemas correlatos e o passo a passo para realizar tal atividade.

A Unidade II abrange a Unidade Executora Própria (UEEx) desde sua definição e criação até a sua administração no dia-a-dia da escola. Cabe salientar que as três escolas a serem avaliadas nesse estudo de caso já tinham UEEx cadastradas e em plena atividade. Porém, o conteúdo sobre a administração da UEEx é extremamente salutar para o bom desenvolvimento do programa e para orientar a real metodologia de ação que permita a gestão democrática na tomada de decisões sobre execução do PDDE. Na unidade há a explicação de como realizar uma assembleia geral, como formar e desenvolver as atividades dos conselhos

deliberativos e fiscais da UEx, além de uma descrição dos principais compromissos sociais, legais e organizacionais da UEx.

Figura 1 – Ações complementares do PDDE.



Na Unidade III adentra à execução do PDDE efetivamente, ao estabelecer o que é o PDDE, como ele é executado e como investir os recursos do programa. Nessa, é primeiramente ensinada a diferença de recursos de custeio e de capital, sequenciado por delimitar os gastos corretos e incorretos com os recursos do programa. Nessa unidade também é esclarecido como é calculado o valor anual do programa, permitindo, dessa maneira, a escola realizar tal cálculo para poder planejar e projetar os gastos do exercício seguinte. No mais, é explicitada a metodologia correta de execução do gasto público com recursos do PDDE por uma UEx.

Enquanto as unidades I, II e III são de interesse geral para quaisquer UEx, a unidade IV tem as ações complementares no âmbito do PDDE, que não é foco desse trabalho. É um capítulo complexo, com muitos temas e bem extenso.

A unidade V tem como foco a prestação de contas do PDDE, desde orientando a quem cabe a competência dessa ação, até o trâmite administrativo e burocrático dessa ação de controle. Para o tema ficar mais leve e de fácil absorção, o capítulo traz exemplos de escolas fictícias e suas prestações de contas. Não recai sobre a UEx a necessidade de acesso ao Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SiGPC – no qual é registrada toda a prestação de contas devidas pelos demais entes federativos ao FNDE, mas essa informação consta no

capítulo visto que o curso não é destinado apenas às escolas com UEx, mas também aos técnicos e dirigentes das prefeituras municipais e secretarias estaduais de educação.

No tocante à unidade VI, específico sobre o controle social, traz uma sensibilização sobre a importância do controle social, seu arcabouço histórico, sua execução especificamente quanto ao PDDE e as consultas públicas gerais disponibilizadas no sítio eletrônico do FNDE.

Destaca-se que o curso, apesar de ser extenso em leituras, sem outros atributos de leveza no processo de aprendizagem como vídeos ou faça você mesmo, é completo e abrange todos os pontos de intersecção que convergem para o bom desenvolvimento do PDDE. Considera-se que a falta de estímulos alternativos de aprendizagem visa atingir todas as peculiaridades regionais do Brasil, permitindo, por exemplo, a impressão do caderno de estudos para realização de sua leitura sem a necessidade de computador ou internet, diminuindo a dependência da tecnologia somente para a execução das atividades de avaliação.

Ainda, a extensão pode ser considerada pela diversificada gama de atores aos quais o curso deve ser destinado, visto que visa tratar do PDDE como um todo para todos os públicos possíveis a serem alcançados, desde o aluno ou o pai de aluno, o cidadão que pretende realizar controle social, até o técnico com experiência laboral no programa. Ou seja, a leitura deve ser de fácil acesso e compreensão, mas também não pode ser rasa ou menos detalhada.

Por fim, cabe considerar que essa breve descrição do caderno de estudos do curso não é o fim do curso em si, visto que há ainda as atividades avaliativas ou de comunicação com o tutor, como os fóruns de discussão e de conversação, as atividades objetivas e a atividade final discursiva.

Os fóruns de atividade estão presentes nas unidades III e V, respectivamente aquelas que analisam o funcionamento do PDDE e seu processo de prestar contas, destacados como os mais importantes do curso. São orientadas e estimuladas pelo tutor e sua nota é calculada por esse ator, sendo que cada participante deve realizar suas considerações.

As atividades objetivas estão ao final de cada unidade e trazem questões de múltipla escolha sobre o tema estudado na atividade respectiva e é realizada pelo próprio cursista com avaliação automática pelo sistema.

A atividade final é um trabalho de controle social, no qual o cursista deve analisar a execução da história apresentada no enunciado e destacar os equívocos na gestão do recurso público, seguida por um projeto de execução do PDDE que impeça que tais equívocos ocorram em sua comunidade. O trabalho pode ser coletivo com a participação de até três

cursistas. A avaliação é subjetiva, realizada pelo tutor. “As críticas ao presencial mal feito não exigem o ensino a distância de tentar formas de avaliação mais formativas do que somativas e conteudísticas” (DUARTE, pg. 27, 2011), o que se vê rebatido nessa metodologia de avaliação final desse curso e m análise.

As atividades avaliativas e de reflexão sobre os temas estudados são interessantes, mas podem desestimular o cursista por parecerem exaustivamente complexas. No entanto, um partícipe com ensino fundamental completo e alfabetismo funcional está apto a realiza-las.

Extrapolando a perspectiva do Ministério da Educação ao traçar diretrizes de qualidade para cursos de ensino superior em Educação a Distância, e adequando à inferioridade de horas cursadas e de objetivo reto e direto de qualificação profissional em tema específico – o PDDE, cabe considerar os fatores de qualidade de um curso previstos na literatura (BRASIL, pg 1 a 31, 2007) para esse curso em análise, expostos na Tabela 5.

Tabela 5 – Características de qualidade do Curso PDDE do FPE.

itens MEC	Curso PDDE do FPE
Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem.	A construção do conhecimento é especialmente compreendida à luz das ideias de Piaget, Vygotsky e Paulo Freire.
Sistemas de comunicação	A plataforma de educação a distância utilizada é o MOODLE, disponível para acesso no link de internet cursos.fnde.gov.br. É uma plataforma amplamente conhecida, cujo modelo é o mesmo para vários órgãos e universidades públicos, além de ser leve e reconhecidamente, nas diversas pesquisas sobre desempenho, fácil de manusear. Consta ao decorrer do curso de forma ininterrupta fórum de dúvidas para contato com o tutor, além dos demais quatro fóruns de interação. O Programa Formação pela Escola também conta com tutoria direta em cada curso, além de contato telefônico e por e-mail dos cursistas e tutores diretamente com o FNDE para resolução de intercorrências. Portanto, são promovidos os diversos meios de apoio e suporte aos cursistas e providenciadas as ferramentas de aprendizagem a distância no foco das tecnologias de informação.
Material didático	O FPE faz acordos e convênios com instituições especializadas para obter uma equipe multidisciplinar que conclua com qualidade os conteúdos. Portanto, o material é desenvolvido com visão de servidores do FNDE especialistas nos assuntos, equipe pedagógica e equipe de desenvolvimento em TI. O material tem capítulo " Para começo de conversa" e "retomando a conversa inicial" com objetivo de incluir o aluno em sua função e possibilidades perante o curso. Ainda, são disponibilizados cronograma e explicação da avaliação. O conteúdo é em linguagem dialógica, além de indicar outras fontes complementares de consulta.

Avaliação	Quanto a avaliação de aprendizagem, essa ocorre em processo contínuo (a cada módulo) e tem apresentação de trabalho dissertativo aos demais estudantes no encontro presencial. Quanto a avaliação institucional, hoje é realizada uma autoavaliação pelo cursista onde constam perguntas sobre o curso e o tutor, e de forma não metodologicamente embasada e sem critério na temporalidade, são realizadas avaliações por meio de questionários objetivos aplicados a cursistas, tutores e coordenadores estaduais. Esse trabalho visa, dentre outros, institucionalizar uma avaliação periódica e embasada cientificamente.
Equipe multidisciplinar	No caso de um curso de complementação profissional, o docente tem sua função apenas na criação do conteúdo do curso. Mas há a participação de tutor em cada turma e uma equipe de apoio administrativo tanto em âmbito estadual como federal.
Infraestrutura de apoio	O apoio em infraestrutura normalmente é realizado pelas Prefeituras Municipais, nas quais muitos dos tutores obtêm apoio nas necessidades de impressão do material e da disponibilidade de computador para casos inesperados (nos termos da Resolução CD/FNDE n. 35/2012).
Gestão Acadêmico-Administrativa	No que concerne a gestão administrativa e a supervisão dos itens de interação e de controle acadêmico, foi criada a figura do multiplicador estadual, ao qual compete essa assessoria e essa supervisão de cada tutor e turma individualmente.
Sustentabilidade Financeira	A sustentabilidade financeira do Programa é devido a repartição de custeio entre os entes federativos e pela avaliação anual do orçamento do FNDE.

3.2 A importância da descentralização e da capacitação para os programas de execução descentralizada.

Desde a década de 1980, observou-se nos países latino-americanos uma movimentação para uma menor intervenção estatal, instituindo-se medidas que estimulariam um estado mais disposto a descentralizar suas ações e/ou decisões públicas, tendo, inclusive, resolvido alguns conflitos ao formalizar atividades com apoio de entidades privadas.

“Vale ressaltar que a gestão pública, no contexto brasileiro, até o início dos anos de 1980, caracterizava-se pela centralização decisória e financeira na esfera federal, cabendo aos estados e municípios, quando envolvidos em uma política específica, o papel de executores das políticas formuladas centralmente. ... Na década de 1990, assiste-se a um processo de regulamentação da gestão descentralizada das políticas públicas em diversas áreas sociais (saúde, educação, assistência social, etc), com a inserção da participação da sociedade civil, via Conselhos Gestores, na sua formulação e controle” (ROCHA, pg.6, 2009).

Trata-se o processo de descentralização político-administrativa e a municipalização das políticas públicas, conforme Arretche citado por Rocha (pg.7, 2009) de

“um processo que tem ensejado mudanças na organização e funcionamento dos governos locais, incorporadas de forma diferenciada segundo as diretrizes adotadas e o grau de institucionalização dos canais de gestão democrática e dos instrumentos redistributivos da renda e riqueza produzidas nas cidades brasileiras”.

“A inclusão da temática de descentralização na agenda de mudanças insere-se, ainda, no processo de redefinição do papel do Estado ante a crise marcada pela sua incapacidade de ofertar os serviços essenciais à população e pela ausência de agilidade administrativa por conta de sua burocracia. A polarização Estado versus mercado, situada em um quadro de reforço à ideia de Estado mínimo, conduz a crítica às políticas centralizadoras e intervencionistas próprias do modelo keynesiano que imperou no Pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente nos países que vivenciaram os chamados Estados de Bem-Estar Social” (EM ABERTO, pg. 35, 2000).

Conforme descrito por Esteves (pg.14, 2009), “na descentralização as decisões são confiadas a agentes que não dependem do governo mas de órgãos colegiais que representam uma parte da população”.

No Brasil, essa onda de descentralização do estado veio acompanhada de outros elementos tais como a gestão democrática das políticas públicas, conforme destacado por Rocha (pg. 3, 2009):

“O contexto político e social brasileiro, desde as últimas décadas do século passado, tem sido marcado pelo processo de redefinição do papel do Estado, a partir da universalização dos direitos de cidadania, descentralização e gestão democrática das políticas públicas. Trata-se, assim, de um novo formato institucional, legitimado pela Constituição Federal de 1988, integrante do processo de implementação da gestão descentralizada e participativa, que ocorreu no Brasil nos anos de 1990, nas esferas municipal, estadual e federal.”

Ainda, essa orientação constitucional foi corroborada pelo governo brasileiro em sua política educacional, conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 9.394/96, art.15), que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Nesse contexto surgiu na década de 1990 o PDDE, no intuito do empoderamento escolar e cidadão, com objetivo de promover a descentralização financeira, a autonomia de gestão e democratização nas decisões escolares, transformando a escola em um reflexo da sociedade local.

Desse modo, mantém-se a responsabilidade de arrecadação e distribuição de recursos públicos sobre a administração centralizada, além de normatização geral sobre as permissões de gasto, mas se distribui ao gestor escolar, de forma coletiva e associada à comunidade escolar, a responsabilidade sobre as escolhas de gasto e sobre a correta aplicação dos recursos.

Para tanto, e de forma a garantir essas intenções, se utiliza de uma entidade privada, a UEx, para permissão da recepção direta do recurso financeiro, mas que, apesar de privada, não tem fins lucrativos e é formada de forma eletiva e por membros diversos da comunidade escolar. Ou seja, sua constituição orgânica intenciona promover uma participação cidadã, com propósito de promover interesses públicos e coletivos, mesmo que sob a égide da visão privada. “No que diz respeito à busca da escola junto à sua comunidade para arrecadar recursos próprios, sabe-se que embora a captação de recursos privados pela escola não seja uma novidade, o PDDE incentiva e legitima essa prática - o financiamento privado na escola pública” (YANAGUITA, pg.9, 2013).

Quanto à descentralização, considera-se como vantagens: “o aumento da adequação da administração pública na resolução de problemas locais; adaptação do ritmo e do tipo de implementação das normas ao contexto local; economia de custos e de tempo nos circuitos burocráticos; tomada de decisões por quem está em contato com as situações/problemas, existindo uma maior proximidade entre quem toma essas decisões e quem as aplica, permitindo uma melhor avaliação dos resultados. Estas razões que justificam a descentralização são, sobretudo, de carácter técnico podendo ser resumidas numa maior adequação, rigor e celeridade das decisões” (ESTEVES, pg. 14 e 15, 2009).

Além disso, “as políticas de descentralização de recursos na educação levam à diminuição drástica do desvio de verbas e a uma redução importante da corrupção. Em paralelo, observa-se um correspondente aumento na transparência do processo e na visibilidade dos casos de má aplicação dos recursos públicos” (JUNIOR, pg. 109, 2004).

Por fim, nos termos de Chiavenato (pg. 366, 2006), a descentralização tem três vantagens principais: a agilidade, já que o processo decisório local permite maior agilidade aos clientes e suas demandas; a independência, pois há uma maior e exigente criatividade das pessoas em níveis mais baixos; e o fomento à novas tecnologias, o que permite ao gestor central o acompanhamento do negócio mesmo sem sua gestão direta e única.

“É preciso reconhecer que a descentralização tem sido praticada tendo como pano de fundo não apenas essa perspectiva de democratização da sociedade, mas também a de promover melhor gestão de processos e recursos e, ainda, como condição de aliviar os

organismos centrais que se tornam sobrecarregados com o crescimento exponencial do sistema educativo e a complexidade das situações geradas, que inviabilizam o controle central” (EM ABERTO, pg.17, 2000).

Nesse ínterim, percebe-se que a descentralização financeira e de gestão, mesmo que restrita as normatizações centralizadas em âmbito federal, para a direção escolar e a comunidade, é privilégio e caminho ao empoderamento local, conscientização coletiva e comunitária, em detrimento a interesses pessoais, autonomia e democratização decisórias.

A “autonomia não se resume, portanto, à questão financeira, nem é mais significativa nessa dimensão, e sim na política, isto é, no que se refere à capacidade de tomar decisões compartilhadas e comprometidas e usar o talento e a competência coletivamente organizada e articulada, para a resolução dos problemas e desafios educacionais, assumindo a responsabilidade pelos resultados dessas ações” (EM ABERTO, pg.21, 2000).

“Quanto mais os cidadãos participam melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo. Ou seja, a participação dos cidadãos na vida pública torna-lhes aptos para intervir nos processos de discussão e deliberação de seus interesses.... E o que fazer para sanar as restrições à participação dos cidadãos na gestão da coisa pública?” (ROCHA, pg.13, 2009).

Ou seja, percebe-se que o primeiro passo para saber fazer uma tomada de decisão é com base em experiências próprias de ação e das experiências dos demais partícipes dos processos decisórios. Portanto, só aprende a fazer quem faz na prática. Mas deve haver meios de facilitar, conscientizar e orientar o gestor escolar e os demais atores dos processos decisórios.

Ademais, apesar das diversas qualidades oriundas da descentralização, há características presentes na centralização que não são de fácil absorção pelo modelo descentralizado, tais como expressas por Esteves (pg.14, 2009) “podemos apontar algumas vantagens técnicas e políticas da centralização, entre elas: a garantia da unidade da ação do Estado e da coordenação da atividade administrativa; a uniformização das soluções adotadas e a impessoalidade na tomada dessas decisões”. Todas essas qualidades devem ser fomentadas nos processos descentralizados, o que se pode obter pela conscientização popular e de gestão por meio de capacitação.

“Dessa forma, é imprescindível que os representantes da sociedade civil tenham clareza de que representam no Conselho o interesse coletivo e não propostas pessoais ou das próprias entidades. Para tanto, é preciso conhecer a realidade local, as prioridades da população, o arcabouço jurídico-institucional, a rede de serviços do município e ter capacidade de mobilização e articulação política. Tudo isso qualifica a participação e as

possibilidades de se intervir eficazmente no processo de tomada de decisões” (ROCHA, pg.21, 2009).

Além da absorção pela sociedade civil de seu papel, essa deve ser orientada pelo gestor escolar de forma que não ultrapasse os limites legais em suas decisões e de que sejam direcionadas a um bem coletivo. Ademais, o próprio gestor escolar deve ampliar seus conhecimentos e habilidades de forma que promova execução correta dos recursos públicos, bem como de sua consciência social, promovendo aquisições para finalidades públicas e de interesse coletivo.

“O diretor não é mais apenas um encarregado de cumprir ordens dos órgãos centrais da educação. A descentralização administrativa, financeira e pedagógica da educação fez da escola um lugar de “interpretação”, além da mera implementação das políticas educacionais” (TEXEIRA e MALINI, pg. 2, 2012).

“Portanto, a escola e seus dirigentes se defrontam com a necessidade de desenvolver novos conhecimentos, habilidades e atitudes para o que não dispõem mais de modelos e sim de concepções”. (EM ABERTO, pg.15, 2000). “Vários trabalhos têm chamado a atenção para a necessária posse por parte de diretores escolares de um conjunto de competências para a ocupação de seu cargo” (TEXEIRA e MALINI, pg.9, 2012).

É primordial, pois, que os gestores escolares, e é preferencial que a comunidade escolar, que o subsidia, tenham conhecimento do arcabouço legal e dos princípios de administração públicos que o norteiam em suas decisões democráticas, visto que há uma necessidade, atualmente, de interferir da discricionariedade local enquanto que a consciência cidadã e coletiva esteja permeada da cultura brasileira de centralidade, patriarcalismo, burocracia e clientelismo.

“Diretores de escola atualmente são muito exigidos quanto às várias habilidades que devem possuir. Conhecimentos sobre a legislação educacional e alguns elementos de direito administrativo são base para que ele contribua efetivamente para a implementação de políticas educacionais. Políticas públicas em contexto de descentralização requerem dos vários atores envolvidos com os momentos de sua “prática” uma capacidade de tomar decisões de forma ágil que não é, muitas vezes, necessária quando a formulação e implementação de políticas acontece de forma muito centralizada. Isso fica mais forte quando se pensa em descentralização de fato, com distribuição de poder, mas ao mesmo tempo com responsabilização pelos atos tomados de forma autônoma” (TEXEIRA e MALINI, pg. 10 e 11, 2012).

“Considerando-se, de um lado, essa multiplicidade de competências, e de outro, a dinâmica constante das situações, que impõe novos desdobramentos e novos desafios ao gestor, não se pode deixar de considerar como fundamental para a formação de gestores, um processo de formação continuada, em serviço, além de programas específicos e concentrados, como é o caso da formação em cursos de Pedagogia e em cursos de pós-graduação, assim como os frequentes cursos de extensão oferecidos e/ou patrocinados pelos sistemas de ensino” (EM ABERTO, pg.29, 2000).

Portanto, fica claro e pungente que, além da experiência direta no cargo ou atividade como forma de aprendizagem para uma pessoa, as diversas necessidades de conhecer arcabouços legais, de enriquecer a capacidade de gestão ou participação cidadã, de compreender melhor as necessidades coletivas, e, mais do que isso, internalizar uma cultura comunitária e consciente, faz-se fundamental a capacitação básica e a capacitação continuada dos atores envolvidos nas políticas públicas, especificamente no PDDE, caso em estudo nesse.

“A formação dos gestores da educação é um processo que requer qualificação e aperfeiçoamento continuados, cuja eficácia do desempenho corresponde à missão, propósitos e metas definidos pela instituição” (EM ABERTO, pg.166, 2000). No caso do Programa Formação pela Escola, observa-se que esse atende os princípios democráticos basilares da educação pública atualmente, ao propor metodologia de qualificação continuada dos gestores escolares e da comunidade escolar, ambos partícipes envolvidos nesse processo de descentralização financeira, democratização da gestão e autonomia, bem como atende à missão de assistência técnica que recai sobre o órgão central que descentraliza recursos, o FNDE.

3.3 Avaliação de cursos a distância

De acordo com o discorrido em Batchold (pg. 17, 2013), “considerando o grande número de servidores públicos, sendo a exigência legal de eficiência extensiva a todos os agentes públicos, passa a ser um desafio capacitá-los tendo conhecimento que os modelos tradicionais de ensino (ensino presencial) além de limitar o acesso por não ter vaga disponível a todos, limitam o acesso em virtude da necessidade de mobilização até o local de realização dos cursos e limitam o acesso também por seus custos crescentes. (...) Neste contexto, é necessária a discussão de estratégias de desenvolvimento profissional que possam dar respostas rápidas e de alta qualidade a grandes contingentes de servidores em organizações públicas que precisam desenvolver características próprias da gestão pública gerencial para

que tenham igualdade de oportunidades e possam maximizar a utilização dos recursos públicos”.

“Diante das dificuldades em atender a milhares de pessoas sem formação adequada, o Governo vem aderindo e incentivando ações a distância. ... o Brasil ingressa, assim, numa etapa de amadurecimento da Educação a distância, de legitimação e de consolidação das instituições competentes” (DUARTE, pg. 26, 2013).

“Atualmente, pode-se dizer que se está vivenciando a 5ª geração da EaD, visto que a internet e as redes de computadores permitem a convergência de texto, áudio e vídeo em uma única plataforma de comunicação, integrando as vantagens e tecnologias das gerações anteriores e buscando superar as barreiras geográficas e de comunicação. É importante acrescentar que vários programas de EaD apresentam características dessa geração, tais como a utilização da internet, o apoio de ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), a transmissão multidirecional de áudio e vídeo e videoconferências” (DUARTE, pg.17, 2011).

Conforme verificado no capítulo 3.1 deste, o Curso PDDE do FPE satisfaz os critérios de qualidade previstos pelo MEC para curso superior a distância, guardadas as adequações óbvias de redução do escopo de objetivo, horas/aula e público. Portanto, considerando o exposto nos parágrafos anteriores, percebe-se que o curso também atende o novo foco sustentável de atendimento a grande quantidade de cursistas, facilidade de adequação às atividades pessoais somada a gratuidade para o cursista, visto que o custo fica sob a égide governamental. Ademais, cabe considerar se o curso atende também os objetivos previstos na resolução normativa da política pública.

Cabe considerar que não faz parte do propósito dessa pesquisa a avaliação de processo do FPE, mas, em linhas gerais, perante as verificações de processo de desenvolvimento do curso PDDE e de metodologia de aplicabilidade no contexto real do curso aos cursistas, com apoio recíproco entre entes federativos, o Programa em si apresenta metodologia aceita há cerca de dez anos.

Ademais, quanto a avaliação de eficiência, além de verificável que a carga orçamentária não há um valor absurdo de recurso que represente cursista formado, quando comparado a cursos presenciais, e tal como abordado em diversas referências bibliográficas sobre EaD, o programa não perfaz um quadro de gasto alto proporcional, por exemplo, aos recursos dedicados aos programas para os quais possibilita capacitação, além de apresentar uma capilaridade no atendimento ao público muito maior quando comparado aos métodos de capacitação presencial realizados pelo próprio FNDE.

Mas no caso em concreto, cabe considerar que, não é viável executar um estudo de impacto, num primeiro momento, em que se avaliaria os efeitos na sociedade escolar adjacente às escolas avaliadas nesse estudo, já que não há conclusões de avaliações com base científica pretéritas para subsidiar tal feito. Ressalta-se, inclusive, que o FPE carece de uma metodologia perene e com sólida base científica de avaliação de efetividade, ou seja, atendimento aos objetivos propostos em regulamentação ao se avaliar resultados, fazendo-se necessária essa pesquisa.

Vale ressaltar que os objetivos do Programa FPE em si, quais sejam, aprimorar a formação de agentes e parceiros para a correta, eficiente, eficaz e efetiva aplicação dos recursos públicos da Educação; divulgar ações e programas do FNDE; e estimular a participação e o controle sobre o uso dos recursos públicos, per si já extrapolam a verificação de eficácia e adentram na perspectiva de avaliação de efetividade, quando se considera essa restritamente, ou seja, relativa ao atendimento dos objetivos da política pública por meio de análise de resultados obtidos versus esperados (e não como sinônimo de impacto, no qual se observaria se esses resultados extrapolaram o círculo primeiro e direto de atores e provocam, inclusive, uma mudança na sociedade que dele se beneficia indiretamente).

As características básicas da administração pública gerencial são a orientação para o cidadão e para a obtenção de resultados. Ademais, a partir da espreita de que o FPE objetiva aprimorar o trabalho dos agentes públicos com vistas a melhorar a execução das políticas para as quais foram capacitados, há clara necessidade de considerar se houve transferência de aprendizagem.

A transferência de aprendizagem Segundo Zerbini e Abbad (pg. 314, 2010), a transferência de aprendizagem é o indicador mais utilizado em pesquisas de TD&E (Programas de treinamento, desenvolvimento e educação de pessoal nas empresas e de formação e qualificação profissional em ambiente aberto) para verificar a aplicação de CHAs (conhecimento, habilidades e atitudes) no trabalho.

“Quando a transferência de aprendizagem é estudada nas organizações, as medidas realizadas geralmente fazem referência ao uso ou aplicação, no trabalho, do que foi anteriormente aprendido” (PANTOJA e BORGES-ANDRADE, pg 117, 2004). Ainda, se define transferência de aprendizagem como sendo “o uso de representações mentais declarativas (exemplos: informações, crenças, valores) e procedimentais (exemplos: categorizações, regras, soluções de problemas) formadas num ambiente, em outro ambiente a este relacionado, ou como sendo alterações de representações mentais para se ajustarem a situações relacionadas” (Howard (1999) apud PANTOJA e BORGES-ANDRADE, pg. 118,

2004). Cabe considerar ademais que “na transferência de aprendizagem ocorre um vínculo horizontal entre contextos ocupacionais ou organizacionais: a pessoa adquire CHAs em T&D e as transfere para seu trabalho” (Koslowski et al (2000) apud PANTOJA e BORGES-ANDRADE, pg, 126, 2004).

Desse modo, cabe aplicar metodologia previamente abordada em pesquisa sobre curso a distância de modo a verificar se o curso PDDE do FPE conseguiu obter êxito ao transferir aprendizagem aos diretores escolares, bem como corroborar tal avaliação em análise de prestação de contas.

4. Metodologia

4.1. Estratégia de Pesquisa

Avaliar consiste em olhar para o passado com a finalidade de aplicar melhor para o futuro. Uma reflexão sobre a aplicação de programas e seus resultados possibilita um melhor desenvolvimento da política pública e, ao final, para a clientela dessas políticas, os cidadãos.

Nos termos de Vedung (pg.19, 1997, tradução nossa), avaliação é uma “cuidadosa valoração retrospectiva dos méritos, da importância e do valor da aplicação, produtividade e resultados das intervenções governamentais, que se pretende que desempenhe um papel nas situações futuras e ações práticas”.

Conforme Januzzi (pg. 47, 2016), “avaliação refere-se ao esforço analítico de produzir informação e conhecimento para desenho, implementação e validação de programas e projetos sociais, por meio de abordagens metodológicas interdisciplinares da pesquisa social, com a finalidade de aprimorar a gestão das intervenções, seja no cumprimento dos seus objetivos (eficácia), nos seus impactos mais duradouros e abrangentes em termos públicos e dimensões sociais alcançados (efetividade), seja nos custos condizentes com a escala e complexidade da intervenção (eficiência)”.

Em ambos conceitos, avaliação é um procedimento que observa os feitos realizados para aprimorar ou basear atitudes futuras, tanto como permanência ou melhorias, ou mesmo decisões de extinção de um programa social. Desse modo, após 10 anos transcorridos de execução do programa formação pela escola, nos quais já ocorreram alterações em sua aplicabilidade, cabe avaliar se a atual abordagem atinge os objetivos propostos na legislação para o mesmo.

Portanto, conclui-se salutar analisar os resultados obtidos pelo programa no exercício de 2015. Para isso, e por ser uma avaliação pioneira e não anteriormente explorada,

considera-se realizar por meio de um estudo de caso. O “estudo de caso qualitativo constitui uma investigação específica situada em seu contexto, selecionada segundo critérios pré-determinados e utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado” (ALVES-MAZZOTTI, pg. 14, 2006).

Então, considera-se nesse contexto que o estudo de caso a ser avaliado é qualitativo, e, conforme Yin (pg. 27, 2001) é a “estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se pode manipular o comportamento, pois, investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto na vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Observa-se, pois, que o estudo de caso se aplica nessa pesquisa visto que permitirá uma avaliação de uma situação atual, dentro do que ocorreu na realidade, num caso em que esse contexto ainda não foi verificado, considerando-se para tanto uma amostra dessa realidade.

Segue salutar especificar que Yin (pg. 28, 2001) traz em suas considerações que um estudo de caso é aplicável para questões do tipo “como” e “por que” e tem papel de destaque na pesquisa de avaliação, que são as características dessa pesquisa que traz em seu escopo o questionamento de como o curso do PDDE do Programa Formação pela Escola influencia a execução do Programa Dinheiro Direto na Escola. Será utilizada a técnica de análise de conteúdo, para explorar documentos e entrevistas. A pesquisa é exploratória dividida em revisão de literatura, revisão documental (obtidas na prestação de contas) e pesquisa de campo (com entrevista a diretores escolares e aplicação de questionário a professores).

Ainda, observa-se que o presente estudo é um estudo de caso múltiplo, em que se compararão escolas municipais com características específicas selecionadas, deixando o estudo mais robusto e convincente, bem como permitindo produzir resultados contrastantes apenas por razões previsíveis.

Além do mais, se aplica um estudo de caso a essa questão por ser uma avaliação reveladora, que aprofunda um fenômeno pouco estudado, o que se aplica no caso de avaliação do Programa Formação pela Escola. Como exemplo, uma busca no portal de periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES pelo termo "formação pela escola" não trouxe nenhum resultado relacionado ao programa formação pela escola.

No mais, se buscou no referencial teórico metodologia testada de avaliação de transferência de aprendizagem, e escolheu-se a metodologia caracterizada por Zerbini e Abbad (2010). No estudo citado, as autoras averiguaram a transferência de aprendizagem para cursos na *internet*, utilizando-se de questionário via e-mail para amostra de capacitados em

curso a distância. Direcionando a metodologia para o estudo de caso ora em averiguação, serão usados os mesmos componentes de avaliação para delimitar as perguntas realizadas aos diretores escolares da amostra, com finalidade de absorver em seus casos específicos a possibilidade da transferência de aprendizagem.

Para elucidar a metodologia, cabe considerar que serão avaliadas respostas dos diretores para perguntas que atendam os seguintes quesitos, retirados da metodologia desenvolvida por Zerbini e Abbad (pg. 316, 2010), constantes na Figura 2.

Figura 2 – Metodologia de avaliação de cursos EaD.

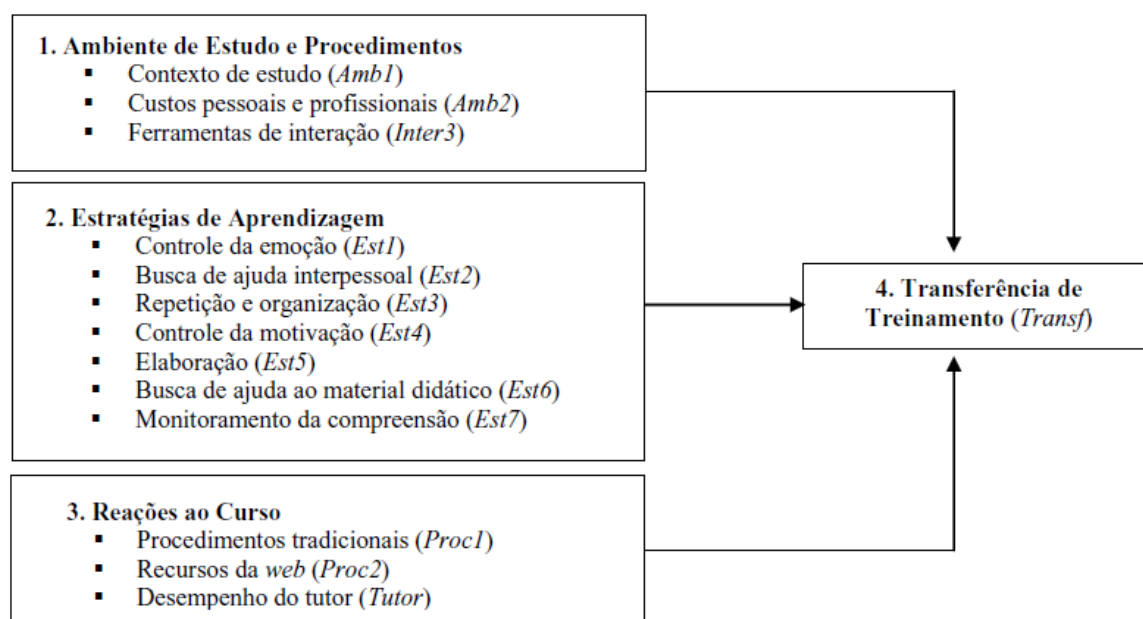


Figura 1. Modelo geral de avaliação da Transferência de Treinamento via web no trabalho.

Cabe considerar as explicações de cada quesito, na citação de Zerbini e Abbad (pg. 317, 2010):

“Ambiente de Estudo e Procedimentos: aspectos do contexto pessoal de estudo do aluno e do próprio curso que podem dificultar a permanência do aluno no curso. Contexto de estudo (*Amb1*): aspectos relacionados à regularidade proposta de acesso e de estudo, à disponibilidade do computador, e à conciliação do curso com outras atividades de estudos, profissionais e compromissos familiares, que podem dificultar a permanência do aluno no curso; Custos Pessoais e Profissionais (*Amb2*): aspectos relacionados a problemas de saúde e aos custos financeiros envolvidos com manutenção do computador, acesso à internet e impressão do material que podem dificultar a permanência do aluno no curso; Ferramentas de interação (*Inter3*): aspectos relacionados ao curso, como utilização de e-mails, chats, fórum, quantidade de mensagens administrativas enviadas por e-mails e volume de leitura na tela do computador que podem dificultar a

permanência do aluno no curso. Agrupa aspectos ligados aos procedimentos instrucionais do curso (recursos tecnológicos e estratégias e métodos instrucionais).

Estratégias de Aprendizagem: capacidades cognitivas complexas aprendidas pelo indivíduo ao longo da vida. As definições a seguir, baseiam-se no estudo de Warr e Allan (1998). Controle da Emoção (Est1): são estratégias de aprendizagem auto-regulatórias de controle da ansiedade e de prevenção de dispersões de concentração, causadas por sentimentos de ansiedade; Busca de Ajuda Interpessoal (Est2): estratégias comportamentais que representam a obtenção de auxílio de outras pessoas, como pares e professores, para tirar dúvidas sobre o conteúdo do curso; Repetição e Organização (Est3): correspondem às estratégias cognitivas de repetição mental da informação contida nos materiais na forma em que foi apresentada e às estratégias cognitivas de organização, que se referem à identificação de idéias centrais do material e criação de esquemas mentais que agrupam e relacionam elementos que foram aprendidos; Controle da Motivação (Est4): são estratégias de aprendizagem auto-regulatórias de controle da motivação e da atenção, apesar de existência de um interesse limitado em relação ao conteúdo a ser aprendido; Elaboração (Est5): corresponde a estratégias cognitivas de aprendizagem relativas aos procedimentos adotados pelo aprendiz para analisar e refletir sobre implicações e conexões possíveis entre o material aprendido e os conhecimentos que ele já possui sobre os assuntos contidos nos materiais; Busca de Ajuda do Material (Est6): refere-se às estratégias de obtenção de informações em documentos escritos, manuais de instruções, programas de computador e outras fontes de estudo que não envolve contato social; Monitoramento da Compreensão (Est7): são estratégias autoregulatórias de monitoramento da compreensão do processo de aquisição de aprendizagem.

Reações ao Curso: satisfação dos participantes com características instrucionais do curso e com o desempenho do tutor. Procedimentos Tradicionais (Proc1): satisfação dos participantes com a qualidade dos objetivos de ensino, conteúdos, seqüência, avaliações de aprendizagem, estratégias e meios; Procedimentos baseados na Web (Proc2): satisfação dos participantes com a qualidade das ferramentas da web, links, FAQ, Mural, chats; Reações ao Desempenho do Tutor (Tutor): percepção do treinando sobre a qualidade da interação do tutor com os alunos, domínio do conteúdo e uso de estratégias de ensino.

Transferência de Treinamento (Transf), quarto componente do modelo, refere-se à aplicação dos CHAs aprendidos no curso no contexto de trabalho do participante.”

Ademais, para fornecer ao estudo uma conclusão pautada em termos qualitativos evidenciados em documentação formal e embasamento normativo, serão avaliadas as prestações de contas do PDDE 2015 de cada uma das unidades escolares selecionadas e comparados resultados dessa análise com enfoque em:

a) Avaliação da prestação de contas:

- 1) Todos os documentos exigidos pra prestação de contas estão presentes?
- 2) Todos os documentos presentes estão de acordo com as normas vigentes?
- 3) Os recursos financeiros repassados pelo FNDE tiveram necessidade de serem aplicados em contas de aplicação financeira antes do uso? Caso sim, foram aplicados?
- 4) Foram adquiridos bens ou serviços que estão de acordo com a destinação do recurso do PDDE?
- 5) No caso de aquisição de bens, há documento comprovando tombamento em nome da prefeitura?
- 6) Foi realizada pesquisa de preço para aquisição dos bens ou serviços comprovadas documentalmente? Caso sim, foi escolhida a proposta mais vantajosa frente a pesquisa de preços?
- 7) Houve saldo anterior do exercício de 2014 e, caso sim, teve comprovação de sua utilização no exercício de 2015?
- 8) Houve saldo remanescente para 2016 e, caso sim, esse foi discriminado como reprogramado?
- 9) Houve pagamento de taxas ou tarifas bancárias com recursos do PDDE?
- 10) Há como comprovar, por meio da verificação documental, se o pagamento realizado efetivamente se destinou ao mesmo fornecedor do bem ou prestador de serviço contratado?

b) Comparação da avaliação da prestação de contas: Houve presença inferior de equívocos entre as prestações de contas das unidades escolares capacitadas ou não capacitadas?

Portanto, observa-se que a avaliação é ex-post, somativa, contrastando resultados obtidos com atendimento de objetivos propostos na regulamentação da política pública, com metodologia de estudo de caso múltiplo qualitativo.

“As últimas décadas têm registrado o ressurgimento e crescimento do campo de conhecimento das políticas públicas, em especial no Brasil. Esse novo fôlego deve-se em grande parte às alterações históricas, políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade, e

encaradas pelos governos como desafios, que se traduziram em modificações sobre a forma de compreender, formular e avaliar as próprias políticas” (TREVISAN e BELLEN, pg. 547 e 548, 2008).

Observa-se que a maioria dos estudos verificados, com suas respectivas metodologias de aferição, é quantitativo, tendo base em respostas a formulários pelos cursistas por meio online. Desse modo, se aplica algumas variáveis quantitativas para verificar se o curso e o resultado obtido dos questionários estão dentro de uma margem de aceitabilidade nas bibliografias nas quais se embasaram e se faz uma conclusão com base no percentual de respostas satisfatórias ou insatisfatória sobre os diversos questionamentos.

Logo, apesar de grande validade para avaliações mais amplas e sistematizadas, não contemplam uma visão de contato com os entrevistados, para discernir sobre sua realidade local, bem como não trazem as impressões subjetivas às questões, visto serem respostas de múltipla escolha, e não podem mensurar efetividade, a não ser com base na resposta direta do cursista que normalmente nem teve lapso temporal suficiente para poder verificar a aplicação em seu contexto profissional ou social.

Ainda, o presente estudo buscou avaliar uma política pública de capacitação – o FPE – aplicada a um grupo de profissionais – diretores e professores escolares - que atuaram diretamente com a execução do PDDE em escolas públicas do Goiás no exercício de 2015. Presume-se que a capacitação de um gestor escolar ou de uma equipe escolar traga diferencial na execução da política pública tema da capacitação. Não obstante essa presunção direta, se acredita que a orientação aprofundada dos atos processuais necessários a garantir uma boa e regular aplicação dos recursos permitem uma prática política, financeira e de execução corretas. Ademais, indiretamente, seria um mecanismo de fomento à participação coletiva e cidadã na gestão democrática e no controle social.

“As avaliações com características acadêmicas, externas e ex-post, feitas após a execução do programa, são criticadas por não levarem em conta as necessidades práticas dos responsáveis pela execução. De acordo com muitos críticos, para converter a avaliação em uma ferramenta útil para administração pública, é necessário que ela esteja integrada às organizações e ao processo real de tomada de decisão”.(CUNHA, pg. 39, 2006)

Devido a isso, esse estudo foi realizado com apoio financeiro do FNDE, por uma servidora ativa em seu quadro e com intuito de extrair metodologia de avaliação para EaD com vistas a adequação ao FPE e de avaliar a política pública para futuras deliberações.

Segue salutar especificar o descarte de outras técnicas científicas para buscar a resposta almejada ao presente estudo de caso. Inicialmente, descartou-se uma metodologia de

cunho quantitativo visto que o programa em si, em suas avaliações laborais, recorre a tal metodologia. Ademais, compõe-se parte importante a verificação comportamental daqueles capacitados diante daqueles com mesma responsabilidade, mas não capacitados, e suas considerações emocionais quanto a sensação de aprendizagem, o que não se obtém da forma mais satisfatória por meio de coleta de dados menos personalizadas do que as aqui aplicadas. As pesquisas quantitativas tem em suas características menor proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados (Métodos de Pesquisa, pg. 33, 2009) e deve ter ponto de vista do pesquisador externo à organização, o que a tornou inviável ao presente, visto a servidora pesquisadora atuar diretamente na área de estudo.

A pouca longevidade do programa excluía um uso conciso de um método histórico de pesquisa; tal como a experimentação em avaliações sociais impede a fluidez sem direcionamento pelos partícipes da pesquisa. Portanto, aplicava-se melhor ao caso em questão uma metodologia mais simplória mas cabível em aspectos sociais que é o método observacional e comparativo. “O método comparativo, ao ocupar-se das explicações de fenômenos, permite analisar o dado concreto, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presentes” (Prodanov, pg. 38, 2013).

O método estatístico é salutar e traz confiabilidade aos resultados obtidos, no entanto, no presente estudo tornou-se inoperante visto que a amostra foi selecionada através de uma imprevisibilidade, de difícil replicação a curto prazo. Ademais, a base de dados que seria submetida a técnicas estatísticas não poderia perder qualidade, devendo ser a replicação da técnica aqui utilizada de entrevista personalizada a uma amostra abrangente, o que inviabilizaria o estudo feito a uma mão através de pesquisa de campo.

No entanto, foi-se aplicado método monográfico, com fundamento de que “o método monográfico tem como princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros...” (Prodanov, pg.39, 2013).

4.2. Componentes do Estudo de Caso

Para o presente estudo foram selecionadas 3 (três) escolas públicas. As escolas públicas selecionadas estão localizadas no estado de Goiás, em municípios próximos ao Distrito Federal, e receberam recursos do PDDE em 2015, em valores aproximados. Ainda, para efeito de comparação, foi selecionada uma escola onde o curso do PDDE foi aplicado, em 2015, para a maior parte dos trabalhadores da escola, inclusive a diretora; uma outra escola em que somente a diretora da escola foi capacitada em 2015 no curso do PDDE; e, por

fim, uma escola localizada em um município onde nunca ocorreu a capacitação no curso PDDE, indo mais além, onde nunca foi aplicado o Programa FPE.

Foram selecionadas as seguintes unidades escolares:

Aplicação).

a) Escola 1: Aplicação do Curso do PDDE do FPE para a diretora e para a maior parte dos colaboradores laborais em 2015 e para a qual foi repassado em 2015 com vistas a execução do PDDE o valor de R\$ 3.220,00 (R\$ 2.576,00 para custeio e R\$ 644,00 para capital);

b) Escola 2: Aplicação do Curso do PDDE do FPE apenas para a diretora em 2015 e para a qual foi repassado em 2015 com vistas a execução do PDDE o valor de R\$ 3.660,00 (R\$ 2.928,00 para custeio e R\$ 732,00 para capital);

c) Escola 3: Ausência do Programa Formação pela Escola em 2015 e para a qual foi repassado em 2015 com vistas a execução do PDDE o valor de R\$ 7.920,00 (R\$ 4.752,00 para custeio e R\$ 3.168,00 para capital);

Haverá comparação entre as escolas selecionadas documental, por meio das considerações aplicáveis aos gastos realizados verificados na prestação de contas apresentada pela escola; comparação entre entrevistas aplicadas às 3(três) diretoras escolares, com alteração apenas daquilo que não se aplica à diretora que não realizou o curso; comparação de respostas em questionário aplicado a 3(três) professores de cada escola. O conteúdo da entrevista e do questionário seguem anexos.

4.3. Critérios de Avaliação da Qualidade do Estudo de Caso

Os critérios para avaliar a qualidade do design do estudo de caso, segundo Yin (pg. 56, 2001), são quatro: validade do constructo, validade interna, validade externa e confiabilidade. A aplicação dos quatro testes indica um estudo de caso sólido, confiável, crível.

A validade do constructo visa estabelecer medidas operacionais corretas para os conceitos do estudo, e nessa pesquisa se baseia na escolha da amostra e na orientação voltada a comparação de resultados por meio de aplicação de questionários aos participantes e de comparação da prestação de contas do PDDE de cada unidade avaliada.

A validade interna estabelece “uma relação causal, por meio da qual são mostradas certas condições que levem a outras condições, como diferenciadas de relações espúrias” (YIN, pg. 56, 2001), predominantemente presente na relação de realização de curso de capacitação e execução do Programa, inerente ao presente estudo.

A validade externa visa promover o domínio ao qual as descobertas de um estudo pode ser generalizada, e essa verificação se dará ao presente estudo de caso que permitirá replicação da metodologia de pesquisa em novos estudos, até mesmo pela generalização analítica desse. Nesse ponto, cabe um maior aprofundamento da compreensão do que seria a validade externa frente ao autor base YIN (pg. 58, 2001):

“Os críticos geralmente afirmam que casos únicos oferecem uma base muito pobre para generalizar a partir deles. Esses críticos, no entanto, estão implicitamente comparando a ituação à pesquisa feita através de levantamentos de dados, nas quais se generaliza facilmente mostragem (se corretamente selecionada) a um universo mais amplo. *Essa analogia com mostragens e universos mostra-se incorreta quando se trata de estudos de caso.* Isso ocorre porque a pesquisa com base em levantamentos baseia-se em generalizações estatísticas, ao passo que os estudos de caso (da mesma forma com experimentos) baseiam-se em generalizações analíticas. Na generalização analítica, o pesquisador está tentando generalizar um conjunto particular de resultados a alguma teoria mais abrangente”

Citando o próprio autor, observa-se que a validade externa para um estudo de caso (que, nesse trabalho, tem fundamento hipotético-indutivo) é a possibilidade de replicar o processo de pesquisa para amostras similares, obtendo-se um resultado que permita elocubrar sobre o objetivo do estudo e garantir resultados similares aos encontrados no primeiro estudo de caso. Há um apontamento do próprio autor quanto que essa validade, conforme exposto em Yin, pg. 59, 2001, que se considera que “A generalização não é automática, no entanto. Deve-se testar uma teoria através da replicação das descobertas em um segundo ou mesmo em um terceiro local, nos quais a teoria supõe que deveriam ocorrer os mesmos resultados”. Porém, para o estudo aqui exposto, não há que se falar em quantidade de estudos para automatizar a validade externa, visto que é o primeiro sobre o tema.

A confiabilidade poderá ser analisada futuramente ao se realizar a mesma pesquisa nas mesmas unidades escolares com os mesmos partícipes e se obterá os mesmos resultados finais.

5. Resultados

5.1 Entrevista com Diretores Escolares

Foram entrevistados os diretores escolares em 2015 de cada unidade escolar que estavam na respectiva escola:

- a) Escola 1: em 04/10/2016;
- b) Escola 2: em 05/10/2016;
- c) Escola 3: em 08/10/2016;

Foram coletadas as impressões constantes no item 5.1.1.

5.1.1. Sumário da entrevista com os diretores escolares.

Constata-se das respostas das entrevistas com diretores que todos têm acesso a computadores tanto no trabalho como em casa; não tiveram dificuldade em usar a plataforma de estudo; gostam da metodologia de leitura predominante nos cursos; consideram fundamental o curso ser a distância para conciliar com as demais atribuições em sua vida; usam de auxílio interpessoal para realizar cursos; criam métodos pessoais de rememoração mas apreciam a rememoração por terceiros; constata o material do curso como útil para consultar ao executar o Programa; consideram o tema PDDE atinente ao seu trabalho e interesse; bem como acreditam que um curso desse tema traz conteúdos novos a quem aos previamente experimentados.

Percebe-se, para os diretores que realizaram o curso, que em geral ele foi satisfatório, atingiu seus objetivos e têm qualidade, além de apresentar um bom encadeamento de exposição de conteúdo. Porém, todos relataram ansiedade em conseguir realizar o curso frente a expectativa inicial de atividades e quantidade de conteúdo e acreditam ser um pouco cansativa a metodologia de apenas leitura.

Como discrepâncias, cabe considerar a diferença de processo de acesso ao cargo de diretor escolar; a crença na pertinência de oferta do curso para os demais membros da equipe escolar e/ou aos pais de alunos, bem como na crença do interesse desses atores em realizar um curso sobre o tema PDDE; a qualidade da atuação do tutor do curso; e a metodologia de contato com o tutor.

No que concerne às discrepâncias, é interessante considerar se a diferença do processo de seleção do diretor interfere em sua atuação, visto que o processo seletivo de provas e títulos é mais democrático do que uma indicação por autoridade.

Ainda, é curiosa a diferença de crença no interesse da equipe escolar ou da comunidade escolar ou mesmo da aplicabilidade de oferta do curso a esse público entre os diretores, o que pode direcionar a expectativa de mudança de percepção frente a realização do curso.

Cabe considerar para melhorias do curso institucionalizar outros meios de contato com os tutores, visto a utilização desse veículos nos casos em pauta.

Para detalhamento de respostas, vale verificar os resultados expressos na Tabela

6.

Tabela 6 – Sumário de entrevista com diretores escolares.

Temas	Escola 1	Escola 2	Escola 3
Método de seleção para o cargo de Diretora	Análise curricular, eleição.	Indicação de vereador.	Análise curricular, Curso preparatório com avaliação, eleição.
1) Contexto de Estudo	Tem acesso a computador e internet no trabalho e na vida privada; tem facilidade em seguir cronograma proposto e entrar periodicamente no AVA; teve de abdicar de atividades pessoais para realizar o curso.	Tem acesso a computador e internet no trabalho e na vida privada; tem facilidade em seguir cronograma proposto e entrar periodicamente no AVA; teve de abdicar de atividades pessoais para realizar o curso.	Teria acesso a computador e internet no trabalho e na vida privada; teria facilidade em seguir cronograma proposto e entrar periodicamente no AVA; conseguiria conciliar o curso com as atividades pessoais.
2) Custos pessoais e profissionais	Preferiu leitura em computador; teria dificuldade de realizar o curso se fosse presencial, e considera a gratuidade e o EaD um diferencial otimizador.	Recebeu o curso impresso da secretaria de educação municipal; iria realizar o curso mesmo que fosse pago e presencial, mas considera EaD um diferencial otimizador.	Preferiria leitura em computador; não realizaria o curso se fosse presencial e custeado com recursos próprios, e considera a gratuidade e o EaD um diferencial otimizador.
3) Ferramentas de Interação	Considera a quantidade de fóruns satisfatória, mas os itens de interação nem sempre funcionavam; prefere de contato com o tutor via email ou pessoalmente; prefere a presença das mensagens administrativas para rememoração.	Considera a quantidade de fóruns satisfatória; gosta de contato com o tutor via fórum (mas se utilizou principalmente do whatsapp); prefere a presença das mensagens administrativas para rememoração.	Considera a quantidade de fóruns satisfatória; gosta de contato com o tutor via fórum; prefere a presença das mensagens administrativas para rememoração.

4) Estratégias de aprendizagem	O curso causa uma ansiedade inicial negativa; achou a metodologia de leitura insuficiente para garantir sua concentração.	O curso causa uma ansiedade inicial negativa; achou a metodologia de leitura suficiente para garantir sua concentração (mas citou um gosto particular por leitura).	O curso causa uma ansiedade inicial negativa; achou a metodologia de leitura suficiente para garantir sua concentração (mas indica outros meios pedagógicos de exposição do conteúdo).
5) Busca de ajuda interpessoal	Buscou auxílio de terceiros, montando inclusive grupo de estudos.	Buscou auxílio de terceiros, montando inclusive grupo de estudos.	Buscaria auxílio de terceiros. Gostaria de um grupo de estudos.
6) Repetição e Organização	Considera que o material do curso tinha boa apresentação e estimulava a aprendizagem; considera a ordem de disposição dos conteúdos compreensível e estimuladora.	Considera que o material do curso tinha boa apresentação e estimulava a aprendizagem; considera a ordem de disposição dos conteúdos compreensível e estimuladora.	Considerou que o material do curso parece cansativo; considerou a ordem de disposição dos conteúdos compreensível e estimuladora.
7) Controle da Motivação	Considerou que o assunto PDDE era de seu interesse pelo cargo de diretora no qual estava; considera o assunto PDDE de interesse dos diretores escolares e do resto da equipe escolar.	Considerou que o assunto PDDE era de seu interesse pelo cargo de diretora no qual estava e por não ter outra fonte a qual recorrer; considera o assunto PDDE de interesse apenas dos diretores escolares iniciantes e não considera do interesse do resto da equipe escolar.	Considerou que o assunto PDDE era de seu interesse pelo cargo de diretora no qual estava e para ter mais segurança no assunto; considera o assunto PDDE de interesse dos diretores escolares e de apenas poucos membros do resto da equipe escolar.
8) Elaboração	Considera que conectou o conteúdo do curso com seus conhecimentos prévios; considera que o curso trouxe novos conhecimentos sobre o PDDE.	Considera que conectou o conteúdo do curso com seus conhecimentos prévios; considera que o curso trouxe novos conhecimentos sobre o PDDE.	Considera que conectaria o conteúdo do curso com seus conhecimentos prévios; considera que o curso traria novos conhecimentos sobre o PDDE (citou conhecer pouco o

			programa e precisar de auxílio de sua equipe escolar para executá-lo).
9) Busca de ajuda do material	Considera que o material do curso serve para consultas posteriores (mas não sabia que podia salvá-lo em pdf), mas não utilizou ainda; citou como exemplo que antes ela fazia a compra e depois chamava o conselho, e após o curso passou a antecipar o passo chamando o conselho antes de decidir o que ia comprar com os recursos do PDDE	Considera que o material do curso serve para consultas posteriores, mas não utilizou ainda; não se recorda de um exemplo de atividade que tenha sofrido alteração após a realização do curso.	Considera que o material do curso serviria para consultas posteriores; citou como exemplo que observa em sua comunidade muitas correções pela secretaria de educação na documentação de prestação de contas, na margem de 90%, e acredita que essa situação mudaria.
10) Monitoramento da compreensão	Usou métodos pessoais de controle de participação, como grupo de estudo, lembretes entre os participantes do grupo de estudo, criação de um calendário do curso.	Usou métodos pessoais de controle de participação, como grupo de estudo, lembretes pessoais de rememoração.	Usaria métodos pessoais de controle de participação.
11) Procedimentos Tradicionais	Considera-se satisfeito com a qualidade do curso; considera que valeu a pena ter realizado o curso.	Considera-se satisfeito com a qualidade do curso; considera que valeu a pena ter realizado o curso.	N/A
11.3)	Nota 1 a 5	Nota 1 a 5	N/A
objetivos do curso	4	4,5	
conteúdos do curso	4	5	

sequencia de assuntos	4	5	
métodos de avaliação	4	4	
12) Procedimentos baseados na Web	Considera-se satisfeito com a plataforma MOODLE.	Considera-se satisfeita com a plataforma MOODLE.	N/A
12.2)	Nota 1 a 5	Nota 1 a 5	
localização dos itens no AVA	4	5	
acesso ao AVA	4	3	N/A
fóruns	4	5	
mural de informações	3	3	
13) Reações ao desempenho do tutor	Considerou insatisfatória a atuação do tutor; precisou de apoio de um tutor; considera o tutor preparado para o tema PDDE; considera que tutor auxiliou a realizar e concluir o curso.	Considerou satisfatória a atuação do tutor; precisou de apoio de um tutor; considera o tutor preparado para o tema PDDE; considera que tutor auxiliou a realizar e concluir o curso.	N/A
14) Transferência de Treinamento	Considera que utilizou o conteúdo do curso na sua atividade profissional; considera que o curso PDDE a motivou para executar o programa; considera que a realização do curso pelo resto da equipe escolar é importante e os motivou a executar o programa; e considera que a capacitação da comunidade escolar os estimularia a participar do programa.	Considera que utilizou o conteúdo do curso na sua atividade profissional (especialmente porque fez o curso no período de prestar contas do programa e o utilizou a cada dúvida); considera que o curso PDDE a motivou para executar o programa; considera que a realização do curso pelo resto da equipe escolar é importante, mas eles não apresentariam interesse; e considera que a capacitação da	Considera que utilizaria o conteúdo do curso na sua atividade profissional, especialmente no momento de prestação de contas; considera que o curso PDDE a motivaria a executar o programa; considera que a realização do curso pelo resto da equipe escolar é importante e os motivaria a executar o programa (pois não visualizam seu papel potencial no programa); e considera que a

		comunidade escolar é inviável pela realidade social ao qual estão submetidos.	capacitação da comunidade escolar interessante mas desacredita o interesse de participação dos pais de alunos.
--	--	--	---

Fonte: próprio

5.2 Questionários aplicados aos professores

Foram aplicados questionários a 3(três) professores aleatórios de cada unidade escolar que estavam em exercício em 2015 na respectiva escola:

- a) Escola 1– em 24/06/2016;
- b) Escola 2 – em 21/06/2016;
- c) Escola 3 – em 22/06/2016;

Foram coletadas as seguintes impressões:

5.2.1 Resultados da Escola 1

Quanto a Escola 1, na qual houve capacitação do diretor e da maior parte do corpo docente, todos os 3 (três) professores que responderam a pesquisa afirmaram que conhecem o Programa PDDE, bem como sabiam do recebimento de recurso do programa pela sua unidade escolar. Nenhum desses fizeram parte da UEx, mas apenas 2(dois) foram convidados a participar de reunião que visasse deliberar sobre os gastos do PDDE para 2015. Os dois professores que participaram da reunião de deliberação de gastos informaram que outros membros da comunidade escolar participaram dessa reunião. Todos os professores sabiam que o dirigente municipal pode discernir sobre o percentual de recursos a receber para custeio e para capital. Quanto ao acesso à ata com ações prioritárias do PDDE, apenas um professor respondeu que teve acesso a esse documento, sendo que esse professor participou da reunião de deliberação dos gastos com o PDDE; no entanto, os outros professores não tiveram acesso a tal documento. O mesmo professor respondeu que teve acesso a prestação de contas do PDDE 2015, enquanto os demais informaram que não tiveram contato com a mesma. Nenhum dos professores consideram que houve diferença na execução do PDDE do início de 2015 para o final de 2015 ou de 2015 para 2016.

5.2.2 Resultados da Escola 2

Quanto a Escola 2, na qual houve capacitação apenas do diretor, todos os 3 (três) professores que responderam a pesquisa conhecem o Programa PDDE, bem como sabiam do recebimento de recurso do programa pela sua unidade escolar. Apenas um desses professores fez parte da UEx em 2015, mas todos foram convidados a participar de reunião que visasse deliberar sobre os gastos do PDDE para 2015, bem como informaram que outros membros da comunidade escolar participaram dessa reunião. Todos os professores sabiam que o dirigente municipal pode discernir sobre o percentual de recursos a receber para custeio e para capital, tiveram acesso à ata com ações prioritárias do PDDE, tal como à prestação de contas do

PDDE 2015. Nenhum dos professores consideram que houve diferença na execução do PDDE do início de 2015 para o final de 2015 ou de 2015 para 2016.

5.2.3 Resultados da Escola 3

Quanto a Escola 3, na qual não houve capacitação do diretor ou do corpo docente, todos os 3 (três) professores que responderam a pesquisa afirmaram que conhecem o Programa PDDE. Um desses fez parte da UEx, sabia que o PDDE tinha descentralizado recurso para a escola, mas não foi convidado a participar de reunião que visasse deliberar sobre os gastos do PDDE para 2015. Os outros dois não fizeram parte da UEx, sendo que um não sabia que a escola tinha recebido recursos do PDDE mas foi convidado a participar da reunião de deliberação, enquanto o outro sabia que a escola tinha recebido recurso do PDDE mas não foi convidado a participar da reunião. O único professor que respondeu que participou da reunião disse que não havia outros membros da comunidade escolar nela. Todos os professores sabiam que o dirigente municipal pode discernir sobre o percentual de recursos a receber para custeio e para capital. Quanto ao acesso à ata com ações prioritárias do PDDE, apenas um professor respondeu que não teve acesso a esse documento, sendo que esse professor participou da reunião de deliberação dos gastos com o PDDE; no entanto, os outros professores tiveram acesso a tal documento (dentre eles, aquele que participa da UEx). Apenas o professor que participou da UEx teve acesso à prestação de contas do PDDE 2015, enquanto os demais informaram que não tiveram contato com a mesma. Nenhum dos professores consideram que houve diferença na execução do PDDE do início de 2015 para o final de 2015 ou de 2015 para 2016.

5.2.4. Sumário das entrevistas com professores

Os resultados estão expressos na tabela 7.

Tabela 7: avaliação quantitativa de respostas dos professores.

Perguntas:	Escola 1	Escola 2	Escola 3
Conhece o PDDE?	3/3	3/3	3/3
Soube que a escola em que trabalha recebeu recursos para 2015?	3/3	3/3	2/3
Participou da UEx?	0/3	1/3	1/3
Foi convidado para reunião deliberativa sobre gastos do PDDE?	2/3	3/3	1/3
Caso sim, havia outros atores na reunião?	2/3	3/3	0/3
Conhece a possibilidade de discernir sobre	3/3	3/3	3/3

valor a receber de custeio e capital?			
Teve acesso a prestação de contas?	1/3	3/3	1/3
Teve acesso a ata de divulgação dos gastos?	1/3	3/3	2/3
Percebeu mudança na execução do PDDE de 2014 para 2015?	0/3	0/3	0/3
Percebeu mudança na execução do PDDE de 2015 para 2016?	0/3	0/3	0/3

5.3 Avaliação de prestação de contas

Foram recolhidos os documentos que perfazem a prestação de contas do PDDE 2015 de cada escola, pelos quais se poderá avaliar se os gastos foram realizados de acordo com as normas que regem o Programa, bem como se comparará a escolha de cada escola nos gastos a serem realizados. A avaliação da prestação de contas das escolas da amostra quanto ao conteúdo das perguntas avaliadas segue na Tabela 8.

5.3.1 Resultado da avaliação da prestação de contas

a) Escola 1: Observa-se a ausência do extrato bancário da conta de aplicação financeira para permitir averiguar indubitavelmente a conciliação bancária e o valor dos recursos reprogramados no exercício anterior. No mais, a execução está completa e sem lacunas que tragam quaisquer dúvidas na boa e regular aplicação dos recursos do PDDE 2015. Cabe considerar que a escola optou por não adquirir nenhum bem de capital e reprogramou o valor integral somado ao recurso remanescente de 2014.

b) Escola 2: Observa-se que na prestação de contas da escola onde somente a diretora foi capacitada, todos os documentos comprobatórios, desde a pesquisa de preço, as notas fiscais, os cheques, o depósito do cheque, os pareceres do conselho escolar, estão datados no mesmo dia (06/04/2015). Não há garantia que essa similaridade macule o processo, mas é questionável a possibilidade de que todos as ações tenham sido realmente praticadas em um único dia.

Tabela 8 – Resultados da avaliação da prestação de contas do PDDE 2015.

Perguntas de avaliação	Escola 1	Escola 2	Escola 3
Todos os documentos exigidos pra prestação de contas estão presentes?	Não. Falta apenas o extrato bancário da conta de aplicação financeira comprovando o saldo do exercício anterior.	Não. Falta apenas o extrato bancário da conta de aplicação financeira comprovando o saldo do exercício anterior.	Sim.
Todos os documentos presentes estão de acordo com as normas vigentes?	Sim.	Sim	Sim.
Os recursos financeiros repassados pelo FNDE tiveram necessidade de serem aplicados em contas de aplicação financeira antes do uso? Caso sim, foram aplicados?	Sim, sim.	Sim, sim.	Sim. Foram aplicados com pequenos lapsos temporais do depósito na conta corrente a transferência para a conta de aplicação financeira.
Foram adquiridos bens ou serviços que estão de acordo com a destinação do recurso do PDDE	Sim.	Sim.	Sim.
No caso de aquisição de bens, há documento comprovando tombamento em nome da prefeitura	N/A.	Não.	Sim.

Foi realizada pesquisa de preço para aquisição dos bens ou serviços comprovada documentalmente? Caso sim, foi escolhida a proposta mais vantajosa frente a pesquisa de preços	Sim, sim.	Sim, sim.	Sim, sim.
Houve saldo anterior do exercício de 2014 e, caso sim, teve comprovação de sua utilização no exercício de 2015	Sim.	Sim.	Não.
Houve saldo remanescente para 2016 e, caso sim, esse foi discriminado como reprogramado	Sim.	Sim.	Não.
Houve pagamento de taxas ou tarifas bancárias com recursos do PDDE?	Não.	Não.	Sim. Mas as tarifas bancárias indevidas foram restituídas poucos dias depois.
Há como comprovar, por meio da verificação documental, se o pagamento realizado efetivamente se destinou ao mesmo fornecedor do bem ou prestador de serviço contratado?	Sim.	Sim.	Sim. Mas os atestados do conselho escolar, apesar de estarem datados em consonância com as datas dos gastos realizados, não estão assinados pelos integrantes.

Ainda, constata-se a ausência do extrato bancário da conta de aplicação financeira para permitir averiguar indubitavelmente a conciliação bancária e o valor dos recursos reprogramados no exercício anterior.

c) Escola 3: Os documentos da escola 3 estavam integralmente presentes, porém, todos aqueles referentes ao conselho escolar, apesar de datado em meses anteriores próximos aos dos gastos respectivos, não estavam assinados, o que demonstra falta de efetividade da participação do mesmo no controle dos gastos de forma tempestiva. A escola talvez não tenha conseguido acordo com o banco para depósito e resgate em conta de aplicação financeira automáticos, ocorrendo pequenas lacunas temporais entre a disponibilidade na conta corrente do recurso e sua devida transferência. Apesar de ter ocorrido pagamento de tarifas bancárias com recursos do programa, essas foram rapidamente depositadas à disposição da conta corrente benefício.

6. Avaliação de resultados

Observa-se dos resultados coletados nas entrevistas com os diretores escolares sobre o FPE que esses permitem considerar uma inclinação à questão de que o programa atingiu seu primeiro objetivo, qual seja, o de aprimorar a formação de agentes e parceiros para a correta, eficiente, eficaz e efetiva aplicação dos recursos públicos da Educação. Pondera-se, para inferir essa efetividade do programa, as respostas dos diretores capacitados que se disseram capazes de e confiantes em executar o PDDE dentro das previsões legais e sócio-culturais inerentes, após a realização do curso, quando comparadas às respostas do que se sente frustrado com sua pouca sapiência, necessidade de capacitação e de suporte da secretária da escola para conseguir executar o PDDE. Ainda, o diretor não capacitado informou, inclusive, que sairia de sua função se a secretária da escola solicitasse alteração de cargo. Ademais, a execução restou comprovadamente correta na avaliação dos documentos das prestações de contas apresentadas.

Quanto ao objetivo do FPE de divulgar ações e programas do FNDE, veio se confirmando nas respostas dos diretores capacitados que somente passaram a efetivamente compreender a extensão do PDDE após a realização do curso. No entanto, esse entendimento, quando baseado nas respostas dos professores aos questionários pertencentes ao quadro docente da Escola 1, na qual houve capacitação da equipe escolar, não se corrobora, visto que esses tiveram menos acesso à documentação comprobatória e ao convite de participação no processo decisório do que quando comparadas com as respostas dos professores da Escola 2.

Obviamente que se considera que o PDDE 2015 não foi um processo sem história, visto que as escolas há anos executam o programa, podendo tal histórico permitir o resultado contraditório exposto. Ainda, sabe-se que a inserção da equipe escolar no processo democrático do PDDE pode ser estimulada por caminhos opostos, ou seja, após uma capacitação, o ator escolar capacitado exigir participação nas decisões; ou, após capacitação do gestor, esse diretor fomentar a equipe para participar. Portanto, a lacuna verificada entre a capacitação e o não fomento a participação pode advir de uma questão cultural do processo e/ou de decisão do diretor.

No entanto, ao se comparar o processo de execução do PDDE entre as escolas que tiveram seus gestores capacitados (Escolas 1 e 2) e a Escola 3, em que o gestor não conhece e não teve acesso ao curso de capacitação, se visualiza clara inferioridade de compreensão do processo ou de convite à equipe escolar na Escola 3 ao compará-la às Escolas 1 e 2, tanto nos resultados do questionário aplicados aos professores como na avaliação documental da Escola 3, já que se constatou que os pareceres dos conselhos deliberativos e fiscais, apesar de formalmente datados próximos ao período do gasto, não estavam assinados quando coletados para esse estudo, o que ocorreu com lacuna de 6(seis) meses posteriores.

Cabe salientar uma diferenciação clara nos documentos de prestação de contas entre a Escola 1 e a Escola 2, ou seja, entre a capacitação da equipe escolar em sua maioria e a capacitação somente do diretor. Percebe-se que a datação dos documentos que comprovam os atos do processo de execução do PDDE na Escola 1 seguem um cronograma e uma lacuna temporal exequíveis, enquanto, na Escola 2, estão todos os documentos com a mesma data, o que não é impossível mas gera indagações sobre a viabilidade.

Caracteriza a situação acima não somente a diferenciação de divulgação do programa PDDE e seu processo participativo, mas também uma efetividade do FPE em atender seu terceiro objetivo, que é estimular a participação e o controle sobre o uso dos recursos públicos.

Infere-se, pois, que a prestação de contas da Escola 1 demonstra mais possibilidade de representar a real execução do PDDE do que aquela constante das Escolas 2 e 3. Desse modo, cabe considerar se tal discrepância pode estar baseada na compreensão do processo de execução e na internalização dos princípios norteadores do PDDE trazidos pelo curso do FPE aplicado a maioria do corpo escolar na Escola 1. Ou seja, seria possível acreditar maior enraizamento e percepção coletiva na Escola em que o grupo foi capacitado, ao encontro da expectativa inicial do estudo.

“Sobre a capacidade da equipe de gestão administrar recursos financeiros públicos, considerando pessoal e tempo para esta atividade, constata-se, em respostas à pesquisa de satisfação dos beneficiários do PDDE, realizada pelo FNDE, que a maior parte (88%) das escolas afirma não encontrar dificuldades na gestão do PDDE. Para o percentual das que afirmam encontrar tais dificuldades (12%), os elementos de maior dificuldade estão em realizar pesquisa de preços para as despesas, achar pessoas para compor a UEx, reunir a comunidade escolar e realizar os procedimentos de prestação de contas. Observa-se, nessas respostas, que a gestão financeira própria constitui atividade da gestão escolar que integra diversas dimensões: política, pedagógica e administrativa. Reafirma-se aí a importância de uma autonomia construída, que venha, de fato, integrar e fundamentar essas dimensões na identidade institucional da escola” (MOREIRA, pg. 11, 2012).

Essa constatação no estudo quantitativo de Moreira se reafirma nessa dissertação ao perceber-se que a principal dificuldade original dos diretores das três escolas foi quanto a prestação de contas do PDDE, sendo que, para aqueles capacitados, houve vários questionamentos sanados. Cabe ponderar que a prestação de contas, apesar de trazer características contábeis e burocráticas, nada mais é do que a documentação dos atos executados, e, portanto, não deveria causar a insegurança aos gestores que se apropriam de conhecimento e reproduzem uma correta execução processual e financeira.

Cabe considerar que, no que tange a lacuna de documentos comprobatórios de prestação de contas, a experiência da secretária da Escola 3 fez maior contribuição ao catalogar todos os documentos comprobatórios do que o capítulo do curso PDDE sobre prestação de contas, já que se observou que não faltou nenhum documento na prestação de contas da Escola 3, enquanto as Escolas 1 e 2 não apresentaram e não arquivaram os extratos das contas de aplicação financeira.

“Na mesma pesquisa, a maioria das escolas informou que o PDDE contribui para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, bem como, que o programa promove a participação social na gestão da escola. Considera-se que tais respostas merecem aprofundamentos futuros, associadas a análises mais detalhadas com foco na implementação do PDDE nas escolas” (MOREIRA, pg.11, 2012).

Inclina-se a descrever o FPE como um programa promovedor da conclusão da pesquisa de Moreira ao trazer como resultados das entrevistas aos diretores que ambos aqueles capacitados consideram que o curso trouxe informações extras aos seus conhecimentos prévios e teve aplicabilidade direta do aprendizado na sua atuação profissional, no próprio período do curso.

Trouxeram como exemplo de transferência de aprendizagem o uso do conteúdo adquirido no curso no momento de preencher a prestação de contas (Escola 2) e também a alteração do processo de execução do PDDE, ao se acrescentar uma reunião prévia as decisões de gastos, garantindo a decisão participativa e democrática (Escola 1). A diretora da Escola 3, apesar de não ter realizado o curso, afirmou não se sentir confortável em executar o PDDE, dependendo de auxílio constante, bem como considerou que um curso de capacitação traria a ela os conhecimentos e habilidades necessários para a execução do PDDE.

“É identificado que quem, após a frequência a um curso de formação, procura introduzir mudanças aprendidas, em sua escola, tende a desistir rapidamente de dar continuidade a seu esforço, mesmo que dotado de fortes características pessoais de liderança, de um grande empenho e convicção, em relação às novas idéias, e até mesmo de uma preparação adequada para lidar com as reações naturais de resistência apresentada pelos colegas A formação em equipe seria a solução a este problema” (EM ABERTO, pg.31, 2000).

Portanto, das considerações atinentes à Escola 1, a capacitação da equipe permitiu a compreensão de necessidade de uma reunião prévia com participação dos professores, que disponibilizariam seu tempo para definir os gastos do PDDE, o que não se colocou em prática nas demais escolas.

Ainda, alinhou a expectativa de criar um senso de importância de capacitação dos pares escolares e de interesse desses nos processos escolares, trazendo, inclusive, à diretora, a sensação de que facilmente os pais aceitariam participar de um processo de capacitação sobre o programa e que isso fomentaria a cultura de família na escola, enquanto as demais gestoras ainda se submetem a visão de que os pais e os professores não teriam interesse de realizar um curso e nem mesmo participar das atividades escolares.

Tendência-se a considerar, então, que na escola em que houve capacitação de vários membros escolares, pairou sobre a diretora a sensação de sucesso e aumento da participação desses membros, bem como uma esperança de replicar essa característica para a sociedade, enquanto que as demais diretoras não consideram que o esforço de ofertar cursos aos demais agentes escolares e pais de alunos seria por eles aceito e utilizado.

Portanto, cabe considerar que o FPE tende a fomentar a política pública PDDE e seus princípios quando distribuído aos pares escolares, ou seja, a difusão do curso na equipe promove uma cultura de participação.

É importante ponderar ainda nessa linha a questão de a diretora da Escola 2 ter seu processo seletivo baseado unicamente na indicação de um vereador, o que já delimita seu

interesse em capacitar os demais membros escolares, para evitar a compreensão por eles de voz a participação ativa no PDDE, desencadeando uma visibilidade desses atores pelos vereadores da cidade.

De acordo com Duarte (pg.39, 2011), o documento elaborado pelo SEED/MEC (2008), existe a necessidade de uma abordagem sistêmica na qual os referenciais de qualidade para projetos de cursos na modalidade a distância devem compreender algumas dimensões, no que se refere aos aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura. Para tanto, essas dimensões devem estar inseridas no Projeto Político Pedagógico (PPP) de um curso na modalidade a distância, sendo considerados os seguintes tópicos apresentados:

- I. Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem
- II. Sistemas de Comunicação
- III. Material Didático
- IV. Avaliação
- V. Equipe Multidisciplinar
- VI. Infraestrutura de Apoio
- VII. Gestão Acadêmico-administrativa
- VIII. Sustentabilidade Financeira

Cabe salientar que, conforme exposto no capítulo sobre o curso PDDE do FPE, esses requisitos são satisfeitos, obviamente adequando-se a diferença entre um curso de nível superior e um curso de capacitação laboral.

“Seguindo o modelo de gaps de percepção de Parasuraman, vêm-se diversos exemplos aplicados à EAD. Uma apostila encadernada considerada de boa qualidade por um aluno pode ser percebida como inferior por outro que espere receber um livro e um CD. O cliente corporativo pode considerar cursos baseados em estudo de textos e interação via lista de discussão como de qualidade inferior àqueles que dispensam essa interação, mas se utilizam de todos os recursos pirotécnicos hipermidiáticos possibilitados pelas últimas tecnologias. Como se vê, a qualidade percebida pelos clientes nem sempre coincide com aquela percebida por quem concebeu a solução educacional, mesmo que esta seja a mais eficaz em termos de aprendizagem” (TRACTENBERG et al, pg.3, 2004).

“Tais dificuldades reforçam o reconhecimento de que a avaliação de políticas públicas não deve se restringir apenas a um modelo, e deve abordar os processos, resultados e impactos. Nesse sentido, o esforço de seleção de variáveis de análise e de construção de indicadores é fundamental”. (CAVALCANTI, pg 11, 2006).

7. Considerações Finais

“Alguns cursos tiveram intervenção do governo, trazendo os componentes ideológicos dos regimes vigentes (ALONSO, 1996) e, apesar disso, tem-se um cenário caracterizado por uma descontinuidade dos projetos, principalmente daqueles de responsabilidade do Governo Brasileiro (NUNES, 1992)”. (DUARTE, pg.10, 2011).

Considerando que os resultados obtidos demonstram em uma visão inicial que o FPE é capaz de melhorar qualidade, capacidade e conclusão do PDDE, cabe discussão da alta cúpula de gestores do FNDE em avaliar mais profundamente o programa no intuito de mantê-lo na esfera de esforço laboral e de agenda dos dirigentes de educação pública no país em âmbito federal, mesmo considerando adequações para diminuir custos com o mesmo.

No entanto, para algumas questões mais burocráticas e documentais, em detrimento a avaliação processual real, a experiência laboral contribuiu mais para a questão do que a capacitação por si só, o que se leva a ponderar a efetividade do programa.

“De acordo com a análise de experiências estrangeiras, os principais interesses das atuais avaliações são os resultados, a alocação orçamentária racional e a reorganização dos programas de modo a alcançar os objetivos de planejamento. Estas são as respostas que as avaliações podem oferecer como subsídio ao processo de tomada de decisões, durante a execução dos programas e das políticas”. (CUNHA, pg. 38, 2006)

Esse estudo se pautou em avaliar qualitativamente os resultados do FPE quanto ao curso do PDDE, mas se absteve de questionar a formulação do FPE frente a oportunidade política e orçamentária, bem como sobre a implementação do FPE desse em cada municipalidade e seu impacto sobre a comunidade local. “Portanto, é de fundamental importância considerar os diferentes ciclos que compõem uma política pública - formulação, implementação e resultados e impactos - e ter a avaliação presente em cada um deles. A partir dessas considerações, fica evidenciada a importância de se avaliar políticas públicas em todas as suas fases, pois o somatório desses resultados é que vai dar sentido ao redirecionamento dos programas”. (CAVALCANTI, pg 4, 2006).

Não obstante, infere-se que, devido as mudanças de cenário político e econômico que se instaura sobre o Brasil nos últimos anos, talvez seja de fundamental importância avaliar se a metodologia pedagógica atual do curso bem como se a sua formulação e implementação estão em estruturas comportáveis pelo sistema público, financeiramente e tecnologicamente.

Considerando que a gratuidade para os cursistas são às custas do custeio pelo FNDE e demais entes federativos para permitir o FPE, talvez seja o momento de compreender que nem todos os objetivos do programa estão claramente sendo percebidos e enraizar esforços de atualização do programa na visão financeira e pedagógica.

Cabe salientar uma linha atual de trabalho de modernização do FPE, já com base na recepção de fatos advindos dessa dissertação, de modo direcionar o programa para novas tecnologias pedagógicas, bem com realinhá-lo ao novo cenário financeiro instalado no país.

Quanto a questões pedagógicas, trabalha-se no FNDE a atualização da plataforma de educação a distância de tal forma que suporte novas tecnologias como vídeos, pílulas de conhecimento, dentre outros, que permitirão o direcionamento a formalização das trilhas de conhecimento. Ainda, os cursos estão sendo reduzidos em carga horária, sem perder o conteúdo de qualidade atual, visto que serão fracionados em vários cursos autoinstrucionais que permitirão somatório de conteúdos em apenas uma certificação, se for de interesse do cursista, mas, concomitantemente, instigarão maior interesse daqueles cursistas que tem questionamentos pontuais quanto ao conteúdo.

Tal metodologia angariará uma reestruturação processual do programa, diminuindo o número de atores custeados diretamente pelo governo federal. Ao mesmo tempo, propõe-se uma inovação do SIFE de tal maneira que comporte algumas atividades hoje dependentes de atividade direta dos tutores municipais, burocratizando negativamente a fluidez e a acessibilidade a realização de cursos pelo FPE. Ambos projetos, se concluídos, permitirão menor custo por cursista formado (mesmo pautando-se que o FPE já apresenta destaque nessa questão) e maior acessibilidade direta do cursista em sua atuação frente ao programa, sem perder na qualidade atualmente presente no aspecto de conteúdo.

Ademais, os presentes resultados verificados já foram posicionados a alta gestão da casa, instigando o interesse pela manutenção do programa, e autorizando atividades de readequação acima citadas.

Desse modo, o trabalho conseguiu coletar aspectos importantes dessa retroalimentação de um programa de capacitação a distância executado com sucesso interferindo na melhoria da execução e da prestação de contas do programa para o qual ele direcionou a capacitação. Ainda, os resultados expuseram uma sensação de pertencimento e de conscientização maior no grupo capacitado. Por si só, essa última constatação já fomenta diretamente a importância do FPE e da necessidade de sua continuidade.

No fluxo natural das atividades cotidianas e laborais, influenciado pelos novos paradigmas descobertos a cada momento, qualquer atividade humana pode ser melhorada,

adequada e reorganizada. O objetivo de uma política pública não se resume a estancar um resultado, mas a permitir sempre ampliar os aspectos da efetividade a ela inerentes. Portanto, o FPE é um programa que já obtém resultados de interesse coletivo e público, que deve ser mantido. Porém, é inseparável do processo de aprendizagem a evolução pedagógica e a inserção nos novos parâmetros sociais. O caminho para o FPE é progredir quanto ao acesso ao grupo de interesse, e as necessidades políticas e financeiras da iniciativa pública.

Bibliografia

1. _____. FNDE. **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**. Disponível em: <www.fnde.gov.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.
2. _____. FNDE. **Sistema de Informação do Programa Formação pela Escola**. Disponível em <www.fnde.gov.br/sife. Acesso em 03/12/2015>. Vários Acessos.
3. _____. Ministério da Educação. FNDE. Resolução/CD/FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012. Dispõe os critérios de implementação e execução do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (Formação pela Escola). **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 160, 17 ago. 2012. Seção I, p. 23.FNDE. R
4. _____. FNDE. **Plano de Ações Articuladas**. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/par/par-apresentacao>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.
5. VERSUTI, Andrea Cristina (2012). **Educação à Distância: Problematicando Critérios de Avaliação e Qualidade em Cursos On-Line**. Em GT: Educação e Comunicação /n.16. UNICAMP. São Paulo.
6. LITTO, Frederic M., FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. (2009). **Educação a Distância: o Estado da Arte**.
7. _____.Ministério da Educação. FNDE. Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 75, 19 abr. 2013. Seção I, p. 26-29.
8. _____. Ministério da Educação. FNDE. Resolução/CD/FNDE nº 15 de 10 de julho de 2014. Dispõe sobre as prestações de contas das entidades beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas ações agregadas. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 131, 11 jul. 2014. Seção I, p. 11.
9. _____. Ministério da Educação. FNDE. Resolução/CD/FNDE nº 2 de 30 de março de 2015. Altera o § 3º do art. 2º da Resolução nº 15, de 10 de julho de 2014, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, que dispõe sobre as prestações de contas das entidades beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e de suas ações agregadas. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 62, 01 abr. 2015. Seção I, p. 32.
10. BRASIL, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 113, 17 jun. 2009. Seção I, p. 2-4.
11. BRASIL, Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 27, 07 fev. 2006. Seção I, p. 1.
12. YIN, Robert K., **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi – 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

13. ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Usos e abusos dos estudos de caso.** Cadernos de Pesquisa, v.36, n.129, p.637-65, set./dez. 2006.
14. LÔPO, Sylvia Sampaio. **Levantamento de necessidades de treinamento: estudo de caso na Petrobras.** Dissertação (mestrado) – Escola Brasileira de Administração. Rio de Janeiro, 1999.
15. FNDE. **Curso PDDE/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Secretaria de Educação a Distância – 5ª ed., atual – Brasília: MEC, FNDE, 2013.
16. INEP. **Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?** / Vera Maria Vidar Peroni coordenadora geral – Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
17. VEDUNG, Evert. **Evaluacion de Politicas Publicas y Programas.** Versión castellana do Instituto Nacional de Servicios Sociales (INSERSO), Ministerio de Trabajo e Asuntos Sociales. Madrid: Grafoffset sl, 1997.
18. JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.
19. JANNUZZI, Paulo de Martino et al. Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação: os problemas dos programas públicos são. In: Escola Nacional de Administração Pública (Org.). **Cadernos Reações para a Ibero-américa: avaliação de programas sociais.** 1. ed. Brasília, DF, 2009. v. 1, p. 101-138.
20. ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas In: BARREIRA, M. C.; CARVALHO, M. C. (Orgs.). Tendências e perspectivas da avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUCSP, 1999. P. 43-56.
21. LEITE, Cristiane Kerches da Silva. **Descentralização das Políticas Sociais no Brasil: o lugar dos estados no processo de municipalização.** POLÍTICA HOJE – Revista Anual do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Vol. 18, n. 2, 2009.
22. PINHEIRO, Iara Ferreira. **Programa dinheiro direto na escola (PDDE) – implicações na gestão, no financiamento e na qualidade do desempenho da educação básica: estudo de caso – modalidade tempo integral.** Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P 81. 2012.
23. ZARGIDSKY, Daniel de Souza. 2005. **A Participação do Conselho Escola comunidade na gestão escolar colegiada.** Rio de Janeiro:UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2006.
24. CHIARI, Erica Dutra. **Educação a distância e gestão do conhecimento: uma análise do processo de capacitação institucional do FNDE no período de 2006-2013.** Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília, 2013.
25. CORONEL, Fábio Reis. **Programa dinheiro direto na escola (PDDE) : O processo gestão da escola pública da rede estadual de Campo Grande – MS (2002-2005).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Mestrado em Educação. Campo Grande, 2007.
26. YANAGUITA, Adriana Inácio. **Financiamento da educação no Brasil (1990 – 2010): impactos no padrão de gestão do ensino fundamental.** (doutorado em educação). Marília/SP : Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013.

27. ESTEVES, Tania Raquel Silvestre. **A descentralização da administração da educação – As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB**. Lisboa, PT. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2009.
28. JUNIOR, Antônio Alves de Siqueira. **Autonomia Financeira nas Escolas Públicas do Distrito Federal: explicações e implicações nos documentos e nas falas dos gestores**. Revista Linhas Críticas, Brasília/DF, v. 10, n. 18, jan/jun. 2004.
29. _____. **Gestão Escolar e Formação de Gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000.
30. MOREIRA, Ana Maria de Albuquerque. **Gestão Financeira Descentralizada: uma análise do programa dinheiro direto na escola**. Fineduca – Revista de Financiamento da Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, v.2, n.1, 2012.
31. TEIXEIRA, Beatriz de Basto, e MALINI, Eduardo. **Formação de diretores: exigência à melhoria da gestão escolar**. III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação. Zaragoza/Espanha, 2012.
32. ROCHA, Roberto. **A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil**. Revista Pós Ciências Sociais. v. 1, n. 11, São Luis/MA, 2009.
33. DUARTE, Zalina Maria Cancela. **Educação A Distância (Ead): Estudo Dos Fatores Críticos De Sucesso Na Gestão De Cursos Da Região Metropolitana De Belo Horizonte Na Visão Dos Tutores**. Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Empresariais, Belo Horizonte/ES, 2011.
34. SCORSOLINI-COMIN, Fabio, INOCENTE, David Forli, e MIURA, Irene Kazumi. **Aprendizagem organizacional e gestão do conhecimento: pautas para a gestão de pessoas**. Revista Brasileira de Orientação Profissional vol.12 n.2 pg. 227-240, 2011.
35. BRASIL, MEC. **Referenciais de qualidade para Educação superior a distância**. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Disponível em< <http://portal.mec.gov.br/seed/>> Acesso em 22/09/2016, v. 15, 2007.
36. TRACTENBERG, L. E. F.; BARBASTEFANO, R.; KUBOTA, L. C. **Avaliação da qualidade percebida em cursos a distância: o caso do FGV Online**. In: XI Congresso Internacional de Educação a Distância. 2004.
37. BÄCHTOLD, Ciro. **Capacitação Profissional e Funcionalismo Público no Brasil: A educação à distância como instrumento de mudança**. Dissertação (Pós-Graduação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. Curitiba, 2013.
38. ZERBINI, Thaís e ABBAD, Gardênia. **Qualificação profissional a distância: avaliação da transferência de treinamento**. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 20, n. 47, p. 313-323, São Paulo, 2010.
39. CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. Rio de Janeiro: Elsevier (7ª reimpressão), 2006.
40. CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual**. Interf Saberes [periódico na internet]. 2006 [acesso em 21 out. 2016]. Disponível em: <http://docplayer.com.br/1782343-Avaliacao-de-politicas-publicas-e-programas-governamentais-uma-abordagem-conceitual.html>.
41. TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, Rio de Janeiro, 2008.

42. CUNHA, Carla Giane Soares da. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Secretaria de Coordenação e Planejamento/RS**, Rio Grande do Sul, 2006.
43. KERR DO AMARAL, Helena. Conexões estratégicas para o aumento da eficácia das ações de capacitação de dirigentes públicos. In: **IX Congreso Internacional del CLAD**. Madri/Espanha, 2004.
44. PANTOJA, Maria Júlia; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Contribuições teóricas e metodológicas da abordagem multinível para o estudo da aprendizagem e sua transferência nas organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 4, p. 115-138, Rio de Janeiro, 2004.
45. PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
46. **MÉTODOS DE PESQUISA** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Anexos

Anexo 1 - Termo de consentimento livre e esclarecido

A dissertação de mestrado “A influência do Programa Formação pela Escola na execução e na prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola em escolas públicas do Goiás” é um estudo de caso em três municípios goianos com metodologia que inclui a realização de entrevistas.

A presente pesquisa acadêmica tem como objetivo investigar como as capacitações dos atores envolvidos no PDDE influenciam a implementação do programa e se relacionam com o atendimento de seus objetivos. O trabalho realizado no âmbito das atividades do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada gerará um documento sumarizando as informações dadas pelos participantes, em termos agregados, sem que as opiniões individuais sejam desvendadas. Portanto, garante-se o sigilo das informações individuais.

Declaro que eu, _____, fui informado(a) do objetivo e da justificativa desta pesquisa, de forma clara. Recebi informações específicas sobre cada procedimento no qual estarei envolvido(a). Todas as minhas dúvidas foram respondidas com clareza e sei que poderei solicitar novos esclarecimentos a qualquer momento. Além disso, sei que novas informações, obtidas durante o estudo, me serão solicitadas e que terei liberdade de retirar meu consentimento de participação na pesquisa, em face de estas informações.

A pesquisadora, Lara Dantas Medeiros Figueira, certificou-me de que as informações por mim fornecidas terão caráter confidencial, e se compromete a me apresentar um relatório final da pesquisa.

Lara Dantas Medeiros Figueira
Pesquisadora

Entrevistado

Contatos da Pesquisadora:
E-mail: laradm@gmail.com
Telefone Celular: (61) 81358163

Anexo 2 - Entrevista com diretor de escola que realizou o curso do PDDE no exercício de 2015.

Entrevista com diretores que fizeram o curso do PDDE.

Como foi o processo de sua escolha como diretor da escola?

Ambiente de Estudo e Procedimentos: aspectos do contexto pessoal de estudo do aluno e do próprio curso que podem dificultar a permanência do aluno no curso.

- 1) Contexto de estudo (Amb1): aspectos relacionados à regularidade proposta de acesso e de estudo, à disponibilidade do computador, e à conciliação do curso com outras atividades de estudos, profissionais e compromissos familiares, que podem dificultar a permanência do aluno no curso;

PERGUNTAS:

1.1 Você tem/teria fácil acesso a computador para realizar as atividades do curso PDDE a distância?

1.2 Você considera que teve facilidade em seguir o cronograma proposto no curso? Você considera que teria facilidade em seguir uma regularidade de acesso a plataforma de aprendizagem para realizar tarefas de curso conforme previsto em cronograma estabelecido?

1.3 Foi/Seria fácil conciliar um curso bimestral de 60h/a com suas atividades pessoais e profissionais?

- 2) Custos Pessoais e Profissionais (Amb2): aspectos relacionados a problemas de saúde e aos custos financeiros envolvidos com manutenção do computador, acesso à internet e impressão do material que podem dificultar a permanência do aluno no curso;

PERGUNTAS:

2.1 Você precisou/preferiria imprimir o material do curso para leitura? Você teria facilidade em imprimir, considerando cerca de 150 páginas?

2.2 Você considera que a gratuidade do curso a distância propiciou/ propiciaria sua participação como cursista?

- 3) Ferramentas de interação (Inter3): aspectos relacionados ao curso, como utilização de e-mails, chats, fórum, quantidade de mensagens administrativas enviadas por e-mails e volume de leitura na tela do computador que podem dificultar a permanência do aluno no curso. Agrupa aspectos ligados aos procedimentos instrucionais do curso (recursos tecnológicos e estratégias e métodos instrucionais).

PERGUNTAS:

3.1 Você considera que os itens de interação, 2 fóruns, foi/seria satisfatórios?

3.2 Você considera que o contato com o tutor por meio de fórum é satisfatório ou preferiria email?

3.3 Você considera que chegavam muitas mensagens administrativas em seu email durante o curso? Elas lhe ajudaram a rememorar suas responsabilidades? (Você considera que comunicações do curso em seu email são bons meios de comunicação e rememoração para o cursista?)

Estratégias de Aprendizagem: capacidades cognitivas complexas aprendidas pelo indivíduo ao longo da vida. As definições a seguir, baseiam-se no estudo de Warr e Allan (1998).

- 4) Controle da Emoção (Est1): são estratégias de aprendizagem auto-regulatórias de controle da ansiedade e de prevenção de dispersões de concentração, causadas por sentimentos de ansiedade;

PERGUNTAS:

4.1 Você teve alguma ansiedade ao participar do curso, após verificar as atividades que deveria realizar, e considerou desistência? (Você considera que 2 fóruns obrigatórios, 6 atividades objetivas e 1 atividade dissertativa gerador de ansiedade que exalta sentimento de medo de não conclusão do curso?)

4.2 Você conseguiu se concentrar ao realizar o curso na metodologia atual? (Você considera que um curso a distância com maior parte de leituras permitiria sua concentração ao realiza-lo?)

- 5) Busca de Ajuda Interpessoal (Est2): estratégias comportamentais que representam a obtenção de auxílio de outras pessoas, como pares e professores, para tirar dúvidas sobre o conteúdo do curso;

PERGUNTAS:

5.1 Você buscou/buscaria auxílio de terceiros para realizar o curso? Quem?

- 6) Repetição e Organização (Est3): correspondem às estratégias cognitivas de repetição mental da informação contida nos materiais na forma em que foi apresentada e às estratégias cognitivas de organização, que se referem à identificação de idéias centrais do material e criação de esquemas mentais que agrupam e relacionam elementos que foram aprendidos;

PERGUNTAS:

6.1 Você considerou que o material escrito do curso tinha uma boa apresentação, que estimula-se a aprendizagem? (no caso da diretora que não foi cursista, mostrar no computador o caderno de aprendizagem)

6.2 Você considera a ordem de apresentação do conteúdo conforme sumário abaixo compreensível e estimuladora da aprendizagem?

- a) Unidade I: Apresentando o PDDE;
 - b) Unidade II: Criando e Administrando uma Unidade Executora Própria (UEX);
 - c) Unidade III: Entendendo o funcionamento do PDDE;
 - d) Unidade IV: Ações complementares no âmbito do PDDE;
 - e) Unidade V: Prestando contas dos recursos do PDDE;
 - f) Unidade VI: Controle Social
- 7) Controle da Motivação (Est4): são estratégias de aprendizagem auto-regulatórias de controle da motivação e da atenção, apesar de existência de um interesse limitado em relação ao conteúdo a ser aprendido;

PERGUNTAS:

7.1 Você considerou/consideraria que o assunto PDDE era de seu interesse? Porquê?

7.2 Você considera que o tema é satisfatório para desenvolver a atenção no processo de aprendizagem dos diretores escolares? E dos demais colaboradores escolares?

- 8) Elaboração (Est5): corresponde a estratégias cognitivas de aprendizagem relativas aos procedimentos adotados pelo aprendiz para analisar e refletir sobre implicações e conexões possíveis entre o material aprendido e os conhecimentos que ele já possui sobre os assuntos contidos nos materiais;

PERGUNTAS:

8.1 Você conseguiu/conseguiria conectar o conteúdo de um curso que trate do PDDE com conhecimentos seus prévios?

8.2 Ao realizar o curso, você obteve novos conhecimentos ou só confirmou conhecimentos que já tinha?

- 9) Busca de Ajuda do Material (Est6): refere-se às estratégias de obtenção de informações em documentos escritos, manuais de instruções, programas de computador e outras fontes de estudo que não envolve contato social;

PERGUNTAS:

9.1 Você considera/consideraria que o material de estudo que você obteve no curso serve para consultas posteriores de obtenção de informações sobre o programa? Já usou?

9.2 Você realizou alguma alteração na sua atuação profissional após a realização do curso PDDE? Há exemplos? (Você considera que a realização de um curso de capacitação do PDDE fomentaria alguma reflexão e mudança de execução do PDDE em sua escola?

- 10) Monitoramento da Compreensão (Est7): são estratégias autoregulatórias de monitoramento da compreensão do processo de aquisição de aprendizagem.

PERGUNTAS:

10.1 Você desenvolveu (costuma desenvolver para cursos EaD) alguma estratégia de auto verificação de sua participação satisfatória no curso, como lembretes, agenda, etc?

Reações ao Curso: satisfação dos participantes com características instrucionais do curso e com o desempenho do tutor. **(esse item não tem como expandir para a diretora não capacitada)**

- 11) Procedimentos Tradicionais (Proc1): satisfação dos participantes com a qualidade dos objetivos de ensino, conteúdos, seqüência, avaliações de aprendizagem, estratégias e meios;

PERGUNTAS:

11.1 Você se considera satisfeito em relação à qualidade do curso?

11.2 Você considera que valeu a pena em relação a ter realizado o curso?

11.3 Dando nota 1 para muito ruim, 2 para ruim, 3 para mediano, 4 para bom e 5 para muito bom, avalie os itens abaixo:

Objetivos do curso

Conteúdos do curso

Seqüência apresentada de assuntos no curso

Métodos de avaliação do curso

- 12) Procedimentos baseados na Web (Proc2): satisfação dos participantes com a qualidade das ferramentas da web, links, FAQ, Mural, chats;

PERGUNTAS:

12.1 Você se considera satisfeito em relação a parte de tecnologia da informação do curso (plataforma AVA MOODLE)?

12.2 Dando nota 1 para muito ruim, 2 para ruim, 3 não avaliado, 4 para bom e 5 para muito bom, avalie os itens abaixo:

Localização dos itens na página do curso

Perenidade da plataforma

Participação nos Fóruns

Mural de informações sobre o curso

- 13) Reações ao Desempenho do Tutor (Tutor): percepção do treinando sobre a qualidade da interação do tutor com os alunos, domínio do conteúdo e uso de estratégias de ensino.

PERGUNTAS:

- 13.1 Você considerou satisfatória a atuação do tutor?
- 13.2 Você precisou de apoio do tutor durante a realização do curso?
- 13.3 Você considera que o tutor entendia do assunto PDDE?
- 13.4 Você considera que o tutor lhe estimulou a realizar e concluir o curso?

- 14) Transferência de Treinamento (Transf), quarto componente do modelo, refere-se à aplicação dos CHAs aprendidos no curso no contexto de trabalho do participante

PERGUNTAS:

- 14.1 Você considera que utilizou/utilizaria o conteúdo do curso na sua realidade profissional? Há algum exemplo para citar?
- 14.2 Você considera que a realização do curso (uma capacitação específica sobre o assunto) lhe motivou/motivaria a executar o PDDE?
- 14.3 Você considera que a capacitação do resto da equipe escolar que participa da execução do PDDE foi/seria importante? Em quais aspectos? Você considera que a capacitação do resto da equipe escolar promoveu/promoveria uma maior motivação e participação desses atores no processo de executar o PDDE?
- 14.4 Você considera que a capacitação da comunidade escolar, mesmo daqueles atores que não trabalham na escola, ajudaria na execução do PDDE? Você considera que a capacitação do resto da comunidade escolar promoveria uma maior motivação e participação desses atores no processo de executar o PDDE?

Anexo 3 – Transcrição das respostas das entrevistas com diretores:

Transcrição entrevista diretoras escolares

Entrevista com Diretora da Escola Rui Barbosa, Planaltina/GO, 04/10/2016.

Método de seleção para o cargo: O processo seletivo para diretora é eleição com edital onde constam requisitos, desde sua formação acadêmica até a questão pessoal, tanto que antes de se candidatar tem que ter plena consciência, com nome apto ao cargo. Passa-se por uma avaliação minuciosa já que a direção de escola é importante e representa pessoas com o mesmo conhecimento ou até maior que o seu. Deve-se, pois, estar preparado para resolver e decidir, estando sempre em comunhão com todos da escola e da comunidade, a gestão democrática, que envolve desde como você vai agir dentro da escola, com a comunidade em geral e estar ciente de suas atuações, alinhado com as normas vigentes e com os órgãos de controle.

- 1)
 - 1.1 Teve fácil acesso a computador, com seu notebook, além do computador da escola, pois tem internet.
 - 1.2 Teve aparato do tutor e costumava entregar questionário e respostas conforme o cronograma previsto no curso, tendo poucas vezes que adaptar o cronograma.
 - 1.3 Teve que apertar a agenda para realizar o curso, para ler e colocar em prática e usou período em casa para realizar o curso.
- 2)
 - 2.1 A diretora não imprimiu o material, inclusive não o tem para consultas posteriores em pdf ou impresso.
 - 2.2 Um curso a distância e gratuito é facilidade. Se ele fosse presencial seria mais difícil realizar.
- 3)
 - 3.1 Considera que os itens de interação nem sempre funcionavam quanto ao contato com o tutor. Os fóruns avaliativos foram satisfatórios em quantidade e facilidade de uso.
 - 3.2 Considera que o contato com o tutor seria melhor se ele falasse diretamente com o cursista por email ou pessoalmente.
 - 3.3 Em relação a quantidade de mensagens administrativas, considerou que não foi exagerado e estava em boa quantidade, especialmente quanto a lembrar que não havia sido respondido tempestivamente.
- 4)
 - 4.1 O curso num primeiro momento passa a sensação de dificuldade de conclusão. Quando viu todas as atividades do curso, gerou ansiedade, e a carga de avaliação poderia ser um pouco mais enxuta.
 - 4.2 A cursista, quanto a concentração, considera que quando tem um excesso de conteúdo não se consegue reter tudo.
- 5)

- 5.1 A cursista buscou muita ajuda de terceiros, com apoio direto aos demais cursistas já que a escola foi capacitada na maior quantidade dos colaboradores. Fizeram 3 grupos de estudos, com 3 pessoas nos dois primeiros e 4 pessoas no último. Eles, inclusive, dividiram a realização das atividades. Quando 3 cabeças pensam, vai mais rápido.
- 6)
 - 6.1 Achou a escrita do curso boa e fácil.
 - 6.2 A ordem de apresentação do conteúdo foi boa, qual a função do pdde, até chegar no controle social que é quando vai utilizar o recurso e prestar contas, inclusive na escola há o controle em reunião pra mostrar como foi gasto, fotografa, e sempre tem um representante da comunidade para ver.
- 7)
 - 7.1 O assunto PDDE foi de seu interesse na parte profissional como gestora, e achou importante inserir pessoas da comunidade para a própria defesa e eles não são mais leigos, sabem onde procurar informações, já que os recursos devem ser vistos pela sociedade.
 - 7.2 O tema é importante para diretores escolares. O tema é importante pros demais colaboradores da escola.
- 8)
 - 8.1 Houve conexão entre seus conhecimentos prévios com o estudado e ajudou muito a tomar as atitudes corretas.
 - 8.2 O curso trouxe novos conhecimentos para execução do PDDE.
- 9)
 - 9.1 Ela considera que o material do curso pode ser usado para consulta futura, mas a diretora não guardou o pdf. Indica que quando houver novas capacitações, esclarecer que se pode salvar o material em pdf, não usou, portanto.
 - 9.2 Considera que o seu trabalho teve reflexo do curso, alterando o jeito como executava o PDDE, pois antes do curso se tem uma noção de como realizar o programa, mas depois do curso organizou a metodologia de execução do PDDE. Ela se recorda que antes ela fazia a compra e depois chamava o conselho, e após o curso passou a antecipar o passo chamando o conselho antes de decidir o que ia comprar com os recursos do PDDE, chamando todos os colaboradores para debate.
- 10)
 - 10.1 A cursista usou como método alternativo de lembretes a rememoração entre cursistas e fizeram um calendário do curso.
- 11)
 - 11.1 Considera satisfeita com a qualidade do curso.
 - 11.2 Considera que valeu a pena fazer o curso e acha muito importante essa oferta de curso para o profissional.
 - 11.3 Nota 4 para os objetivos iniciais do curso; Nota 4 para o conteúdo do curso; Nota 4 para a sequência do curso; Nota 4 para as avaliações do curso.
- 12)
 - 12.1 A diretora se considera satisfeita e informou que nenhum cursista de sua equipe teve dificuldade em manipular a plataforma MOODLE.

- 12.2 Nota 4 para localização dos itens da plataforma; Nota 4 para acesso à plataforma; Nota 4 para os fóruns e Nota 3 para mural de informações do curso.
- 13)
- 13.1 Não considerou satisfatória a atuação do tutor.
- 13.2 Precisou de apoio do tutor, e considera que precisava de um tutor no curso.
- 13.3 Considera que o tutor compreendia o assunto PDDE.
- 13.4 Considera que o tutor auxiliou no cronograma do curso.
- 14)
- 14.1 Considera que o conteúdo do curso foi utilizado em sua realidade profissional
- 14.2 Considera que o curso motivou muito para executar o PDDE.
- 14.3 Considera que a realização do curso pelo resto da equipe escolares estimulou a esses demonstrar mais interesse pela execução do PDDE.
- 14.4 Considera que, se houvesse capacitação para os pais de alunos, ajudaria na execução do PDDE. Se nós convidarmos os atores da comunidade para fazer o curso, eles se interessariam mais. Considera que alguns pais iriam se interessar. Considera que o curso motivaria a comunidade escolar inteira a participar mais das atividades da escola, e que isso ajudaria na execução do PDDE.

Entrevista com a diretora da Escola Jardim das Oliveiras, Águas Lindas/GO, 05/10/2016.

Método de seleção para o cargo: Indicação pra diretoria da escola pelo vereador.

- 1)
- 1.1 Teve fácil acesso a computador, com seu notebook, além do computador da escola, pois tem internet. Teve fácil acesso a computador, tanto próprio quanto profissional, mas preferiu fazer em casa o curso.
- 1.2 Seguiu o cronograma previsto no curso, pois a tutora sempre lembrava. Usou o período completo do curso e com periodicidade e regularidade de entrada na plataforma
- 1.3 Precisou abdicar de atividades profissionais e pessoais para realizar o curso. Até tentou só responder a questão mas não conseguiu e precisou ler todo o material.
- 2)
- 2.1 Ela recebeu o material todo impresso pela secretaria de educação.
- 2.2 Ela faria se o curso fosse presencial ou pago por ela, pois é voltado ao seu trabalho, mas o fato de ser gratuito e a distância facilita muito principalmente na questão de horário.
- 3)
- 3.1 Ela considera que dois fóruns avaliativos foram suficientes. Ela usou os fóruns não avaliativos e obteve resposta do tutor nas suas participações, pois ela respondia.
- 3.2 Considera que melhor o fórum do que o email.
- 3.3 Ela considera que a quantidade de mensagens administrativas não foi grande pois a comunicação foi mais pelo whatsapp, com os lembretes, e essas

mensagens ajudaram pois teve uma no final que quase deixou de responder se não tivesse tido lembrete.

- 4)
 - 4.1 O primeiro impacto do curso gerou ansiedade por parecer muita coisa, especialmente porque tinha iniciado sua função como diretora e tinha atividades quase todos os dias nos horários noturnos. O curso coincidiu com as compras do PDDE e foi a primeira compra que ela realizaria.
 - 4.2 Ela conseguia se concentrar porque gosta de ler.
- 5)
 - 5.1 Ela buscou auxílio com outras duas diretoras, que fizeram um pequeno grupo de estudos.
- 6)
 - 6.1 Considera que o material do curso tinha uma boa apresentação.
 - 6.2 Considera que a ordem de apresentação do conteúdo foi boa e é praticamente a ordem na qual é executada na escola.
- 7)
 - 7.1 Considera que o assunto pdde é de interesse porque está na gestão e não tem a quem recorrer, além da equipe ser menor e não ter uma coordenadora do PDDE, e foi onde tirou suas dúvidas.
 - 7.2 Para diretores escolares é um tema de interesse para quem está começando agora. Para os demais colaboradores escolares, não é um tema de interesse.
- 8)
 - 8.1 Conseguiu conectar o conteúdo do curso com seu conhecimento pretérito.
 - 8.2 Teve muito conteúdo novo que ela não conhecia, mas não se recordava de algum exemplo.
- 9)
 - 9.1 Considera que o material do curso serve para consultas posteriores ao período do curso, mas ela ainda não usou para consulta.
 - 9.2 Ela não visualiza nenhuma alteração na execução do PDDE após a realização do curso.
- 10)
 - 10.1 Colocou lembretes para autogestão na realização do curso.
- 11)
 - 11.1 Considera satisfeita com a qualidade do curso.
 - 11.2 Ela considera que valeu a pena realizar o curso.
 - 11.3 Nota 4,5 para os objetivos iniciais do curso; Nota 5 para o conteúdo do curso; Nota 5 para a sequência do curso; Nota 4 para as avaliações do curso.
- 12)
 - 12.1 Considera satisfeita com o MOODLE
 - 12.2 Nota 5 para localização dos itens da plataforma; Nota 3 para acesso à plataforma; Nota 5 para os fóruns e Nota 3 para mural de informações do curso.
- 13)
 - 13.1 Considera-se satisfeita com a atuação do tutor.
 - 13.2 Precisou de apoio do tutor, e ele sanou a dúvida.
 - 13.3 Considera que o tutor compreendia o assunto PDDE.
 - 13.5 Considera que o tutor auxiliou a concluir o curso.
- 14)
 - 14.1 Considera que o conteúdo do curso foi utilizado em sua realidade profissional o conteúdo do curso na sua atividade profissional, na hora de fazer a prestação de contas em que teve dúvida e recorreu ao material do curso.

- 14.2 Considera que a capacitação a motivou a executar o PDDE, porque realizou o curso na época da prestação de contas e foi usando concomitantemente.
- 14.3 Seria importante capacitar todo o grupo escolar para todos terem o mesmo conhecimento e para discutir internamente e ter participação efetiva do conselho, mas considera que poucos iriam querer cursar.
- 14.4 Teria maior participação dos atores da equipe escolar no PDDE. Quanto a pais de alunos, ela considera que eles não teriam interesse, e também considera que eles não realizariam o curso e por isso não motivaria na participação na realidade da comunidade local porque eles não se interessam nem em participar de reuniões de pais para saber informações dos filhos, sem contar a necessidade de computador e internet, ao qual eles não tem acesso.

Entrevista com a diretora da Escola Padre Lambert Verrij, Cabeceiras/GO, 08/10/2016

Método de seleção para o cargo: A diretora foi indicada pelos alunos e pelos professores a se candidatar, então realizou um concurso com exercícios online e depois uma prova na qual se deve ter 60% de nota mínima, e depois foi eleita. É um preparo de cerca de 1 ano.

- 1)
 - 1.1 Tem acesso ao computador com internet tanto na escola como pessoal.
 - 1.2 Considera que seria possível seguir o cronograma proposto pelo curso, bem como considera ser possível entrar continuamente na plataforma.
 - 1.3 Seria viável conciliar um curso de 60h com 1 bimestre com as atividades profissionais e pessoais.
- 2)
 - 2.1 Preferiria a leitura no computador.
 - 2.2 O fato de ser a distância e gratuito, motiva a fazer, pois se fosse custeado ou presencial, ficaria inviável.
- 3)
 - 3.1 A quantidade de dois fóruns avaliativos é um número pequeno.
 - 3.2 O contato com o tutor por fórum é ótimo.
 - 3.3 As mensagens administrativas de rememoração são muito úteis.
- 4)
 - 4.1 O impacto inicial do curso a deixaria ansiosa, ao perceber todas as atividades do curso. Mas a ansiedade ajuda a realizar as atividades e não considera que deve diminuir as atividades.
 - 4.2 Ela tem facilidade em ler e considera que se concentraria. Mas acha que ajudaria outras atividades de mídia, porque muita leitura cansa.
- 5)
 - 5.1 Ela considera que procuraria auxílio de terceiros como a secretária da escola. Considera que grupo de estudo ajudaria.
- 6)
 - 6.1 Considera que o curso parece um tanto cansativo.
 - 6.2 Considera que o encadeamento de apresentação de conteúdos do curso bom e lógico, até porque precisa conhecer melhor o PDDE.
- 7)
 - 7.1 O assunto pdde é de seu interesse por haver necessidade de conhecer o programa. E a parte que mais a preocupa é a parte de prestação de contas, e se a secretária não tivesse continuado, ela entregaria a direção. Precisa aprender

- mais para se sentir mais segura. Hoje estava avaliando toda a prestação de contas do PDDE para ficar inteirada de tudo. Ainda mais, se ela for chamada pra prestar contas ao vivo, ela se sentiria envergonhada por não compreender o tema, e ela precisa e quer fazer o curso.
- 7.2 O assunto PDDE chama a atenção de diretores escolares. Para os demais atores escolares, acha que muito poucos se interessam pelo curso. Talvez o pessoal do administrativo e do conselho.
- 8)
- 8.1 Daria para fazer uma conexão com seus conhecimentos prévios sobre PDDE.
- 8.2 Ela acha que tem coisas no PDDE que ela ainda não conhece, então aprenderia novas coisas.
- 9)
- 9.1 Ela acha que vale a pena ficar com o material do curso, para retirar uma dúvida, pois é um apoio que se tem.
- 9.2 Considera que ela conseguiria modificar suas atitudes com base no curso. Ela percebe que toda prestação de contas vem com muitas coisas corrigidas, e ela acredita que após o curso o índice de erros diminuiria. Considera especialmente frágil a situação de diretores de escolas menores que não tem equipe.
- 10)
- 10.1 Sempre faz um controle pessoal para realizar cursos a distância.
- 11) N/A
- 12) N/A
- 13) N/A
- 14)
- 14.1 Considera que utilizaria o conteúdo do curso para sua realidade profissional, especialmente na lacuna que tem de conhecimento em prestação de contas. Ela esteve em formosa e faltou o documento de uma empresa, ela paga uma conta que tem o período de 1 de outubro a 30 de outubro, as certidões deveriam estar dentro desse período, mas estavam anteriores.
- 14.2 Ela considera que uma capacitação específica sobre o PDDE motivaria a executar o PDDE, pois ela, como diretora, poderia ajudar mais a secretária na parte financeira que ela não entende.
- 14.3 A capacitação do resto da equipe escolar seria válida e importante pois como professor, que fica anos em sala de aula, tem a impressão de não ser importante, e se conhecessem, teria a visão de que podem contribuir. Geralmente, os professores não querem participar e ninguém quer participar inclusive do conselho. Mexer com dinheiro, em termos legais, é a parte mais séria da escola e traz punições pois a pedagógica não traz.
- 14.4 A capacitação da comunidade escolar seria interessante mas os pais da escola são muito desligados da escola, não vem nem em reuniões, e deixam fazer o que quiser com o filho. Seria interessante alguns pais se interessarem. Se se conseguisse capacitar alguns pais, eles poderiam trazer algumas ideias, e isso motivaria a participação dos pais na escola, mas efetivamente seriam poucos que se interessariam. A democracia toda não se efetiva.

Anexo 4 – Questionário aplicado aos professores das unidades escolares.

Questionário com professores ativos em 2015.

1) Você conhece o Programa Dinheiro Direto na Escola?

(☐)sim (☐)não

2) Você soube que sua escola recebeu recursos desse programa em 2015?

(☐)sim (☐)não

3) Você fez parte da Unidade Executora – Uex (diretoria, conselho deliberativo e conselho fiscal) no exercício de 2015?

(☐)sim (☐)não

4) Você foi convidado a participar de reunião que tivesse como objetivo explicar ou escolher os gastos a serem realizados com recursos do PDDE/2015?

(☐)sim (☐)não

5) Caso tenha participado de reunião: havia outros atores da comunidade escolar nessa reunião, com pais de alunos ou alunos?

(☐)sim (☐)não (☐) não se aplica

6) Você sabia que o dirigente escolar pode escolher a alocação dos recursos do PDDE entre custeio e capital?

(☐)sim (☐)não

7) Você teve acesso a ata com informações das necessidades prioritárias do PDDE 2015?

(☐)sim (☐)não

8) Você teve acesso a prestação de contas do PDDE 2015?

(☐)sim (☐)não

9) Você considera que houve alguma mudança da execução do PDDE do início de 2015 para final de 2015?

(☐)sim (☐)não

10) Você considera que houve alguma mudança da execução do PDDE de 2015 para 2016?

(☐)sim (☐)não